Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Terça e quarta-feira, 23 e 24 de abril de 2024
Ano CVII ● Número 29.595
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

MUNDO MODERNO UNIPOLAR

Exploração histórica das Américas e da China e as lutas de poder.
Por Pedro Augusto Pinho, **página 2**

HADDAD NO CENTRO DA IMPOPULARIDADE

Pesquisa mostra que pior área do governo é combate à inflação.
Por Marcos de Oliveira, **página 3**

TRANSPARÊNCIA SALARIAL

Desafios na busca pela igualdade de gênero no mercado de trabalho.
Por Beatriz Tilkian, **página 2**

Criminosos acessam Siafi e desviam recurso público

Não houve ataque externo na invasão ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), do Tesouro Nacional, garantiu, nesta segunda-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo ele, alguém usou o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e a senha do Portal Gov.br de gestores de despesas para entrar no sistema e supostamente desviar recursos federais.

"Não foi um hacker que quebrou a segurança [do Siafi], não foi isso. Foi um problema de autenticação. É isso que a Polícia Federal está apurando e está rastreando para chegar aos responsáveis", declarou o ministro antes de sair para reunião no Palácio do Planalto. "O sistema está preservado. Foi uma questão de autenticação. É alguém que tinha acesso", explicou Haddad, segundo a Agência Brasil.

Divulgada inicialmente pelo jornal *Folha de S.Paulo*, a invasão do Siafi ocorreu neste mês. Os criminosos supostamente conseguiram emitir ordens bancárias e desviar dinheiro público usando o login de terceiros no Portal Gov.br.

Ainda não se sabe como os cibercriminosos conseguiram as senhas do Gov.br. As primeiras suspeitas é que os servidores com acesso foram atingidos por algum esquema de "pesca" de senhas (phishing) durante um período relativamente longo.

O ministro disse não saber sobre valores supostamente desviados e disse ter recebido a informação assim que a imprensa começou a divulgar o caso. "Não tenho informação sobre valores. Isso estava sendo mantido em sigilo inclusive dos ministros. Estava entre o Tesouro [Nacional] e a Polícia Federal. Eu soube no mesmo momento em que vocês", disse, reiterando que não houve ataque externo de hackers ao sistema.

O caso está sendo investigado pela Polícia Federal. No fim desta tarde, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) informou ter entrado na investigação e estar acompanhando o caso "em colaboração com as autoridades competentes".

Em nota emitida no início desta noite, o Tesouro Nacional confirmou a afirmação de Haddad de que o Siafi não foi invadido e que as tentativas de realizar operações na plataforma foram identificadas e não causaram prejuízos à integridade do sistema.

Ricardo Stuckert/PR

Lula: acesso ao sistema financeiro para quem não chega no banco bem vestido

MEI e pequena empresa ganham Desenrola e crédito mais fácil

Programa também beneficia companhias de porte médio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, nesta segunda-feira, medida provisória que cria o Programa Acredita, um pacote de ações de acesso a crédito e renegociação de dívidas de microempreendedores individuais (MEI) e micro e pequenas empresas.

Com o objetivo de estimular a geração de emprego e renda e o desenvolvimento econômico, o programa também prevê ampliação de crédito para mulheres empreendedoras e incentivos a investimentos estrangeiros em projetos sustentáveis.

"Banco não foi preparado para receber pobre, para receber as pessoas que não chegam de terno e gravata e não chegam bem vestidos. O que nós estamos fazendo é criando as condições para, independentemente da quantidade, da origem social, do tamanho dos negócios, as pessoas tenham o direito de ter acesso ao sistema financeiro e pegar um crédito", disse Lula durante a cerimônia no Palácio do Planalto.

O incentivo à renegociação de dívidas é inspirado no Desenrola Brasil, programa que tem como público-alvo pessoas físicas com o CPF negativado e que foi prorrogado até 20 de maio. O Desenrola Pequenos Negócios tem como público-alvo os MEI, as microempresas e as pequenas empresas com faturamento bruto anual até R$ 4,8 milhões e que estão inadimplentes com dívidas bancárias.

O programa estará disponível a partir desta terça-feira. Até o fim deste ano, os pequenos empresários poderão renegociar as dívidas que estavam inadimplentes até o dia da publicação da MP, previsto para esta terça-feira.

De acordo com dados do Serasa Experian, cerca de 6,3 milhões de micro e pequenas empresas estavam inadimplentes em janeiro de 2024, maior número da série iniciada em 2016.

O Acredita também cria o programa de crédito ProCred 360 destinado a MEI e microempresas com faturamento anual limitado a R$ 360 mil. A iniciativa estabelece condições especiais de taxas e garantias por meio do Fundo Garantidor de Operações (FGO), administrado pelo Banco do Brasil.

Para as empresas de porte médio, com faturamento de até R$ 300 milhões, a medida reduz os custos do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), com 20% de redução do Encargo por Concessão de Garantia (ECG).

As medidas anunciadas "chegam em momento oportuno e se alinham a plataformas consolidadas e bem-sucedidas que os bancos já operam, permitindo injeção de mais recursos para as empresas em situação vulnerável", afirma, em nota, a Federação dos Bancos (Febraban). **Página 8**

Número de empresas inadimplentes é de 6,6 mi

Apesar do número de inadimplentes estar em queda, ainda são 6,6 milhões de empresas com débitos em atraso no Brasil, de acordo com o Indicador de Inadimplência das Empresas da Serasa Experian, divulgado na semana passada. O número é menor que o registrado em janeiro e retorna ao patamar de estabilidade registrada desde julho do ano passado. No período analisado, as dívidas somaram R$ 130 bilhões.

"A redução da taxa Selic e a diminuição da inflação foram fatores que impactaram o bolso dos brasileiros, que designaram recursos para pagar suas contas. E esses pagamentos são destinados a empresas que ganham mais fôlego para liquidarem seus próprios débitos e diminuir a inadimplência. Outro impacto direto que as reduções trazem para a saúde financeira é que quanto menor a taxa de juros, menor é a despesa financeira que os negócios incorrem, aliviando o caixa e permitindo às companhias trocar dívidas velhas e caras por dívidas novas e mais baratas", avalia o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi.

A perspectiva para os próximos meses deste ano, ainda segundo o especialista, é de que as companhias recuperem parte de sua robustez, contribuindo para a diminuição do avanço da insolvência no país.

Petrobras é a petroleira que mais elevou investimentos

A Petrobras é a petroleira global que mais aumentou os investimentos em 2023. No ano passado, a estatal praticamente dobrou o valor investido, somando US$ 21,4 bilhões entre aplicações diretas e ativos relacionados ao arrendamento de unidades de produção, contra um montante de US$ 10,9 bilhões em 2022.

"A Petrobras tem excelentes projetos, capazes de gerar retornos expressivos e garantir o futuro da companhia. Estamos investindo com responsabilidade, foco na disciplina de capital e compromisso de manter o endividamento sob controle", destacou o diretor de Financeiro e de Relacionamento com Investidores da Petrobras, Sergio Caetano Leite.

Os investimentos são realizados prioritariamente com recursos próprios da Petrobras gerados pelas suas operações. A dívida bruta da companhia segue limitada a US$ 65 bilhões, patamar considerado saudável para empresas do segmento e porte da Petrobras.

Apesar do dado positivo, a companhia tem sido criticada – até mesmo pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva – por ter mantido a contratação de plataformas no exterior, contrariando compromisso do governo de reativar a construção naval brasileira, que permitiria a geração de empregos qualificados no Brasil, e não no exterior.

A Petrobras também tem se voltado para projetos de descarbonização e de energias de baixo carbono.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,1751
Dólar Turismo	R$ 5,3850
Euro	R$ 5,5127
Iuan	R$ 0,7133
Ouro (gr)	R$ 389,41

ÍNDICES

IGP-M	-0,47% (março)
	-0,52% (fevereiro)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

Mundo moderno unipolar, escravista e larápio impede as nacionalidades

Por Pedro Augusto Pinho

"A nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas que, para dizer a verdade, são uma só, constituem esta alma, este princípio espiritual. Uma está no passado, a outra no presente. Uma delas é a posse conjunta do rico legado de memórias; o outro é o consentimento atual, o desejo de viver juntos, o desejo de continuar a afirmar a herança que recebemos de forma indivisível" (Ernest Renan, "Qu'est-ce qu'une nation?", conferência na Sorbonne em 11/3/1882).

O mundo que surge na Europa pós-renascentista é o mundo moderno. Este se apropria das invenções chinesas – papel, imprensa, bússola, pólvora – e sai à conquista da África, conhecida desde sempre, berço da humanidade, e das terras ignotas, "por mares nunca dantes navegados".

O interesse europeu era meramente egoísta, seja para assenhorear-se das riquezas naturais, poucas em seu continente, seja para conquista dos corpos e das almas, a escravidão.

Os europeus transformaram homens e mulheres africanos em produto de exportação, uma das páginas mais vergonhosas da História da Humanidade, nem mesmo respeitando sermos todos descendentes dos australopitecos etíopes.

No extremo oriente, a China buscava se recuperar do período de dominação mongol, tanto do ponto de vista da economia monetária, quanto do ponto de vista de outras agressões externas – Japão e piratas de diversas etnias – além das inquietações políticas e morais, trazidas pela governança estrangeira e pela expansão budista.

Para este último desafio, surge o pensador neoconfuciano Wang Yang Ming (1472–1529): "O homem se entrega ao estudo por desejo de encontrar o 'Caminho'. Se não o encontra nos livros, procura-o em sua mente".

Renasce, também, neste período de nova autonomia (1550–1644), o espírito científico anterior às dominações. Destacam-se a astronomia, a música (escala dodecafônica), a medicina e a farmacopeia, e técnicas siderúrgicas, de produção de tintas e máquinas agrícolas e hidráulicas. São desta época a acupuntura e a cauterização. Na literatura, obras sobre geografia demonstram o conhecimento de terras estrangeiras.

Aparecem também, fruto do expansionismo europeu, por volta do século 16, os missionários jesuítas, que tiveram grande dificuldade de diálogo pelas diferentes concepções de mundo dos chineses e daqueles católicos europeus.

Europeus nas Américas

Diversos documentos relatam a chegada dos europeus às Américas e o genocídio e a rapina praticados, tanto narrados pelos povos americanos quanto pelos invasores europeus.

Tem-se, entre outros documentos, as cartas de Américo Vespúcio (1454–1512), o sofrido relato do dominicano Frei Bartolomé de Las Casas (1484–1566), as recuperadas escritas astecas, traduzidas do nauatle pelo antropólogo espanhol Georges Baudot (1935–2002), *O Descobrimento do Brasil nos Textos de 1500 a 1571*, organizados por José Manuel Garcia, para Fundação Calouste Gulbenkian, abril de 2000, em comemoração aos 500 anos do descobrimento, e, mais recentemente (2005), o livro do jornalista estadunidense Charles C. Mann, *1491 Novas revelações das Américas antes de Colombo* (traduzidas para Editora Objetiva por Renato Aguiar, RJ, 2007), que detalham as consequências da presença europeia na América.

Nenhuma oportunidade para que se constituíssem no "Novo Mundo", com características próprias, diversificados países, novas nações. O pensamento unipolar dos "descobridores/conquistadores" ainda seguia a tradição religiosa medieval, embora nem tão explícita.

Havia a ambição de poder entre os europeus, exacerbada desde a queda de Roma, parte introduzida pelos "bárbaros", do norte e do leste do Império em desfazimento, e, igualmente, com a redução do homem a condição de instrumento de um Deus.

Criou-se então, ao longo dos cinco primeiros séculos da Era Cristã, o mito de seres que viviam em estado eterno e anistórico: o "Bom Selvagem". A descoberta da América pareceu ser a revelação deste ser, como se encontra nos primeiros textos de Bartolomeu de Las Casas. Esta ficção foi de interesse do poder que discutiu se os selvagens americanos teriam ou não alma, mas permitiu sua escravização, uso e a destruição de cerca de 90% destes primitivos habitantes.

Filmes de Hollywood e de outras nações ocidentais, romances diversos, artigos na imprensa, até em livros escolares se encontrarão, como reais, os "Bons Selvagens", ocultando as crueldades praticadas pelos europeus.

O texto de Ernest Renan que abre este artigo é a própria justificativa da ação do poder, à época o financeiro fundiário e comercial, que combatia a materialidade da cultura, não fosse Renan o católico que desenvolveu em sete volumes, entre 1863 e 1881, a *História das Origens do Cristianismo*.

Ao ver a ação do genocida Benjamin Netanyahu, no século 21, eliminando fisicamente o povo palestino, vem à mente o "Prefácio" de Renan ao último volume de sua *História das Origens do Cristianismo: Marco Aurélio e o Fim do Mundo Antigo*: "Antes de apresentar Jesus na cena dos fatos, dever-se-ia demonstrar como a religião de Israel, que originalmente não se avantajava aos cultos de Amon ou de Moab, se transformou na religião moral, e como a história religiosa do povo judaico representou progresso constante para o culto verdadeiro e espiritual".

O cuidadoso leitor deve ter sempre a pergunta do direito romano, "*cui bono?*", "a quem beneficia?", pois nada do que é muito divulgado, ensinado, e permanece por gerações, o consegue sem que represente a razão do poder. Por que o mito do bom selvagem durou séculos e séculos?

Em 1834, George Bancroft (1800–1891), historiador e estadista estadunidense, escreveu ser a América do Norte, antes da chegada dos europeus, "um deserto improdutivo …. Seus únicos habitantes eram umas poucas tribos dispersas de bárbaros débeis, destituídos de comércio e de laços políticos" (G. Bancroft, *History of the United State, from the Discovery of the American Continent*, sete volumes, Boston, 1834–1876).

Foi este o mundo encontrado pelos europeus? Sem dúvida inexistiam sociedades igualitárias, porém o historiador uruguaio Enrique Peregalli, professor na Universidade de São Paulo (USP), afiança que o grau de exploração das populações trabalhadoras entre os astecas, maias e incas era muito inferior ao existente nas sociedades europeias (E.Peregalli, *A América que os europeus encontraram*, Campinas,1986).

Esta conclusão está muito mais de acordo com aqueles que constituíram os primeiros habitantes da América. Eram os chineses Zhou que migraram, seja pela ponte de gelo atravessando o estreito de Bhering, seja por navios, como pretende Charles Mann.

Em artigos anteriores sobre a questão das polaridades, já mencionamos os Zhou, como dos três primeiros grupos humanos a constituírem civilizações: a nilótica, os Egípcios, a mesopotâmica, os Sumérios, e a do extremo oriente, os Zhou.

Estes últimos também saíram da África, atravessaram o Oriente Médio, e, em vez de se dirigirem para o norte, cruzaram toda Ásia e cerca de 10 a 12 mil anos depois formam o núcleo populacional junto à foz do rio Amarelo e daí prosseguiram para a América.

Já não era simplesmente o homem coletor-caçador, mais já incluía o agricultor-pastor, com novos desafios e mais ampla compreensão das adversidades, quem atravessa a aridez da costa oeste estadunidense e se depara com terras férteis do planalto e as florestas tropical e temperada, nas áreas mais elevadas do México atual.

Ali se desenvolve a civilização olmeca, cujas cabeças esculpidas lembram as feições chinesas, e de onde sairão astecas e maias. Mais ao sul, na região dos Andes, na América do Sul, é constituída a civilização maia. Todas descendentes mais próximas ou remotas dos avançados Zhou.

Dissolução da URSS

A exploração dos recursos americanos pelos europeus promoveu a riqueza e consequentes transformações na sociedade descobridora. E com este desenvolvimento novos recursos para produção primária de energia se disponibilizaram. Tem-se o uso dominante das energias fósseis: o carvão mineral e o petróleo, este nas formas líquidas (óleo) e gasosa (gás natural), oriundas dos mesmos reservatórios.

Podemos datar 1760, marco inicial da Revolução Industrial, como origem da Era das Energias Fósseis, até hoje prevalecentes. Em 2013, as energias fósseis representavam 87% do consumo energético mundial. Pela mesma fonte, a BP Statistical Review of World Energy, em 2021, correspondiam a 82%.

O ataque às energias fósseis pelo capitalismo financeiro se acentua na década de 1970, com as denominadas "crises do petróleo". "Crise" tem sido a denominação das finanças para as alterações que desejam introduzir na sociedade e para apropriação dos recursos públicos pelas instituições financeiras.

Duas razões podemos apontar para guerra que as finanças travam contra as energias fósseis e o petróleo, em particular. Primeira pela mudança da sociedade que passou a ter na amplitude do consumo o referencial de progresso, e, como consequência, o controle da produção de petróleo, a mais importante fonte de energia que possibilitou esta alteração.

O petróleo, desde meados do século 19 (1859), produzido nos EUA, no Azerbaijão (Baku) e a partir do século 20 (1901), no Irã e no Oriente Médio, alterou significativamente a sociedade e introduziu no poder ocidental os industriais, os donos de empresas manufatureiras e de transporte, que o novo insumo energético, abundante e barato, possibilitava.

Entre os produtores de petróleo estavam os Rockefeller (Standard Oil Company), os irmãos Nobel, Willian d'Arcy, Henry Deterding (Royal Dutch Shell), Barão Julius Reuter, que dominavam a produção nos EUA, no Azerbaijão (Rússia), na Romênia e na Indonésia até o início do século 20.

O *Dicionário Histórico da Indústria do Petróleo* apresenta para cada 20 anos os países maiores produtores de petróleo (Marius S. Vassilion, *Historical Dictionary of the Petroleum Industry*, Scarecrow Press, New Jersey, 2009). No entanto, comete um erro que se tornou comum neste mundo neoliberal financista, apropriar a produção dos folhelhos betuminosos como se oriunda de reservatórios de petróleo. Este erro, entre outros, levou as edições da BP Statistical Review, após a 70ª edição, a retirarem as informações sobre reservas de petróleo.

De acordo com o citado Dicionário, o século 20 inicia com os seguintes cinco grandes produtores:

1901–1920: EUA, Rússia, México, Indonésia e Romênia;

1921–1940: EUA, URSS, Venezuela, México e Irã; e

1941–1969: EUA, Venezuela, URSS, Arábia Saudita e Irã.

Até 1920, os EUA eram autossuficientes na produção de petróleo. Porém, mais pelo desenvolvimento industrial do que pela falta de campos produtores, desde 1922 foram obrigados a importar petróleo da Venezuela, onde empresas estadunidenses operavam.

A entrada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a partir de 1918, mudou também o mercado internacional, como se observa nas décadas seguintes, pois o petróleo produzido pelos países pertencentes à URSS foi retirado do mercado internacional para uso nas industrializações nacionais.

A disputa EUA x URSS foi apenas a mais midiatizada, pois as finanças combatiam com intensidade a industrialização. Porém, nem sempre, EUA e URSS estiveram em lados opostos. A Conferência de Bandung, entre 18 e 24 de abril de 1955, congregando 29 países asiáticos e africanos na Indonésia para construírem um novo poder, o "Terceiro Mundo", resultou no assassinato de suas lideranças (Sukarno, Nasser, Sihanouk) ou nas destituições por golpes de estado, patrocinados pelos EUA (CIA) e pela URSS (KGB).

Em 1991, com as desregulações financeiras da década de 1980, a imposição do "Consenso de Washington" (1989), como a Bíblia da gestão dos países, e o fim da URSS, as finanças assumem a unipolaridade. Tem-se, a partir de então, o mundo neoliberal das finanças apátridas, onde não faltam os capitais marginais, das drogas, contrabandos e crimes.

Pedro Augusto Pinho é administrador aposentado.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

Acesse nossas edições impressas

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Haddad no centro da impopularidade do governo

Qualquer número de pesquisas deve ser analisado com calma dentro de um contexto. Pesquisa do Ipec divulgada neste final de semana sobre as áreas em que o governo Lula tem melhor e pior atuação não é diferente. Mas a ampla reprovação ao combate à inflação, em que 46% dos entrevistados qualificam de ruins ou péssimas a atuação do governo, o dobro dos que classificam de boa ou ótima, não deixa margem para dúvidas: a pesquisa coloca a política econômica e seu fiador, o ministro Fernando Haddad, no centro da impopularidade do governo.

Apesar de ser a área com a pior avaliação pela população, Haddad foi poupado da impopularidade pela imprensa financista. Isso mostra a distância entre os louvores ao choque nas contas públicas – vulgo calabouço fiscal – e a vida do cidadão. Como disse o economista Ranulfo Vidigal em artigo no **Monitor**, "o povo não come PIB".

A alta nos preços dos alimentos – em 12 meses, a cesta básica subiu mais de 10% no Rio de Janeiro e teve alta em 16 das 17 capitais acompanhadas pelo Dieese – fustiga o trabalhador, especialmente o que ganha menos. O preço do feijão subiu 26%, e o do arroz, 33%. A elevação dos preços dos aluguéis também se faz presente.

A elevação do dólar, por conta dos problemas na economia dos Estados Unidos, vai acentuar o problema doméstico brasileiro. A manutenção do tripé juros altos, câmbio flutuante e meta de inflação amarra a economia do Brasil. Mesmo com o emprego e a renda em alta, a impopularidade do governo Lula dificilmente cederá.

Limites da direita

A narrativa bolsonarista tenta esconder, mas a direita ficou decepcionada com o ato em Copacabana, neste domingo. Quem esperava uma manifestação paralela à de São Paulo em fevereiro teve de encarar a realidade: foram cerca de 150 mil pessoas a menos no Rio de Janeiro.

Dos 5 governadores esperados, só apareceram 2: o inexpressivo Jorginho Mello, de Santa Catarina, e o governador local, o cada vez mais encrencado Cláudio Castro.

Uma análise preliminar indica que sem um fator determinante de mobilização, o comparecimento se limita aos mais inflamados (ainda assim, não poucos: cerca de 35 mil). Fica difícil reunir mais cabeças para um ato a favor de um multibilionário norte-americano.

Rápidas

Nesta quinta, no Rio de Janeiro, as oportunidades e obstáculos relacionados à nova política industrial estarão em discussão no "Fórum Debate para o Desenvolvimento – Financiamento à Neoindustrialização", uma iniciativa da ABDE e do BNDES *** De quarta a sexta e de 29 a 30 de abril, acontecerá em Botafogo a "Design Week XP", no campus das Faculdades Integradas Hélio Alonso – Facha (Rua Muniz Barreto, 51) *** O Escritório Mandaliti foi reconhecido na categoria Contentious, "Labor & Employment", e o sócio Renato Mandaliti recebeu pelo 17º ano consecutivo a honraria de ser um dos principais advogados na área de "Insurance" *** A peça *Aos Sábados*, em cartaz no Teatro Fashion Mall, terá dia 28 sessão com narração em Libras e audiodescrição *** O Proex/UFF realizará o "Projeto de Extensão: Os Militares na História do Brasil – Complexidades do Passado e Incertezas do Futuro – Versão 2024", nesta sexta-feira, às 14h30. Inscrições até quinta-feira em extensao.uff.br/inscricao

Alckmin lança estudo para abrir mercado de gás natural no Brasil

Com o objetivo de aumentar a competitividade do setor de gás natural, dar mais robustez para a formulação de políticas públicas e promover harmonização para as regulações estaduais, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) lançou, em parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e apoio do Ministério de Minas e Energia, o relatório de diagnóstico do setor de gás natural no Brasil e o curso de Capacitação para Entes Reguladores - Acompanhamento da Abertura e da Competitividade da Indústria do Gás Natural no Brasil.

O tema em torno da abertura da indústria do gás natural tem gerado debates e transformações há mais de uma década, mas ainda encontra um ambiente desafiador. O diagnóstico mostra que há um importante espaço para avançar no segmento e aponta caminhos.

"Nossos esforços para aprimorar as normas e ampliar a competitividade do setor de gás natural têm como norte beneficiar os consumidores e o setor industrial. Com a melhoria do ambiente de negócios, será possível aumentar investimentos e reduzir preços, afirmou o vice-presidente e ministro do MDIC, Geraldo Alckmin.

De acordo com Rogério Caiuby, conselheiro executivo do Movimento Brasil Competitivo, o documento contribuirá para impulsionar o mercado de gás.

"Com este diagnóstico, apresentamos a cadeia de valor do gás e buscamos fornecer insumos claros e precisos que melhoram a compreensão acerca das complexidades em torno do assunto e ainda contribuir para a evolução da pauta. Este documento marca o início de um projeto conjunto para uma jornada de longo prazo que busca tornar este mercado mais competitivo e dinâmico", comentou.

Andrea Macera, secretária de Competitividade e Política Regulatória do MDIC, explica a importância de se criar um ambiente competitivo para o gás.

"Atualmente o setor de gás natural apresenta desafios em todos os elos da cadeia produtiva. São questões que podemos entender melhor com este projeto conjunto. Com o diagnóstico em mãos, temos uma visão mais clara dos melhores caminhos a seguir e fazer isso de forma estratégica e coordenada para viabilizar o aumento de oferta do gás natural a preços competitivos", observou Andrea.

O diagnóstico realizado pelas entidades analisa os avanços percorridos e identifica desafios remanescentes. Dentre as recomendações apontadas, o trabalho reforça a importância de monitorar o processo de reforma e dar mais transparência a indicadores relevantes, a exemplo do acesso de terceiros às infraestruturas essenciais e do volume comercializado por consumidores livres na malha.

De acordo com o estudo, a padronização de contratos e a simplificação de acesso são instrumentos fundamentais para redução de custos de transação, sobretudo frente ao desafio de promover a comercialização entre áreas de mercado ainda não integradas.

Apresentado nesta segunda-feira, o documento se alinha às ações do Grupo de Trabalho (GT) do Programa Gás para Empregar, do MME, que concluiu as atividades neste mês e deve apresentar, na próxima reunião do Conselho Nacional de Política Energ[etica (CNPE), o relatório detalhado para a promoção do melhor aproveitamento do gás natural produzido no Brasil.

"O acesso à infraestrutura e a remuneração justa para o escoamento e processamento, associados a uma regulação firme e harmônica entre as normas federais e estaduais, representam um passo adiante para a abertura do mercado de gás natural, a criação de centenas de milhares de empregos e desenvolvimento do nosso país", afirmou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira.

Harmonização

O relatório aponta que o caminho para a maior competitividade do mercado de gás natural brasileiro também depende das transformações nos arcabouços regulatórios estaduais, que demandam harmonização de regras para facilitar o acesso e a comercialização.

Os números da Agência Nacional de Petróleo (ANP) refletem a importância desta pauta para o equilíbrio financeiro do país. Os dados mostram que, em fevereiro deste ano, o preço do gás vendido às distribuidoras e aos consumidores livres (mercado não térmico) era aproximadamente 16% mais baixo nas regiões Norte e Nordeste, em comparação com valor praticado no Sudeste, e 14% menor em relação ao praticado no Sul e Centro-Oeste. Os menores preços praticados no Nordeste refletem uma maior abertura e diversidade de ofertantes, contribuindo para pressões competitivas.

"Para que o gás possa desenvolver plenamente o seu potencial é necessário o aprofundamento das regulamentações trazidas pela nova lei do gás, que acaba de completar três anos. A agenda regulatória é extensa e ambiciosa, mas o seu enfrentamento é crucial para destravar decisões concretas de investimento, as quais estão premidas pelo horizonte da transição energética. A maior competitividade do gás no país depende da continuidade do processo em curso e da articulação com as esferas estaduais. Esperamos que o presente projeto seja um importante aliado para somar esforços nesta direção ", destacou Joísa Dutra, Diretora do Centro de Estudos de Regulação e Infraestrutura da FGV (FGV CERI).

Entre as medidas apresentadas para a redução do Custo Brasil, quatro são dedicadas especificamente ao gás natural: o aperfeiçoamento da regulação de acesso às infraestruturas essenciais do setor de gás; o desenvolvimento da produção no Brasil de gás natural para preços mais competitivos; fim das barreiras à entrada de novas empresas no mercado de gás natural e fim das restrições à figura do consumidor livre que impõem barreiras à redução de custos.

COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOTRILHOS

AVISO

A COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOTRILHOS, torna público aos interessados que realizará Licitação Presencial, conforme segue abaixo:

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Nº 001/2024.
TIPO: Maior oferta mensal.
OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para a RIOTRILHOS, nas condições e especificações previstas neste Edital e seus Anexos, para o aproveitamento comercial, mediante Permissão de Uso, onerosa e com encargos, em caráter precário, pelo prazo de 5 (cinco) anos, da Área Remanescente 201 situada na Rua do Catete (junto e depois do nº 310), nesta Cidade, composta por treze imóveis.
DATA DE ABERTURA DA LICITAÇÃO: 22/05/2024 às 10h00.
PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO: Até 05 (cinco) dias úteis antes do certame.
PROCESSO Nº SEI-100002/000151/2024.

O instrumento convocatório e seus anexos se encontram disponíveis no endereço eletrônico www.riotrilhos.rj.gov.br, podendo alternativamente o interessado se dirigir à Av. Nossa Senhora de Copacabana nº 493, 6°andar sala da Presidência - Copacabana RJ, de 8h00 até 17h00, com dispositivo de gravação de dados (pen drive ou cd) para gravação do arquivo do Edital.

Associação dos Empregados e Empregados –Aposentados dos Patrocinadores e/ou dos Participantes da FAPES
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria da ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS E EMPREGADOS APOSENTADOS DOS PATROCINADORES E/OU PARTICIPANTES DA FAPES/BNDES – APA-FAPES/BNDES, no uso das atribuições que lhe confere o Art.12, inciso I do Estatuto da APA-FAPES/BNDES, convoca os senhores associados para a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA a se realizar, de forma exclusivamente presencial, no dia 28/05/2024, prevista para se iniciar às 10h30 em 1ª convocação, com a presença mínima da metade mais um dos associados aptos a votarem, ou em 2ª convocação às 11h00, com qualquer número de associados presentes, na Rua Senador Dantas, 117- salas 606/607- Centro – Rio de Janeiro –RJ – CEP 20031-201, com encerramento previsto para as 15h, tendo pauta única: Apreciar e deliberar sobre a aprovação das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2023, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e respectivas Notas Explicativas. As referidas Demonstrações estão acompanhadas do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas em 08/04/2024 pela Advance Auditores Independentes S/S, e do Parecer do Conselho Fiscal da APA relativo às referidas Demonstrações Contábeis, emitido sem ressalvas em 19/04/2024. Adicionalmente, estarão sendo disponibilizados o Relatório Anual de Atividades e o Relatório de Execução Orçamentária da APA, ambos relativos ao Exercício de 2023. As Demonstrações Contábeis, o Relatório do Auditor Independente, o Parecer do Conselho Fiscal, o Relatório Anual de Atividades e o Relatório de Execução Orçamentária acima referidos estarão à disposição dos associados no site da Associação (www.apabndes.org.br). Em atendimento ao Art.13 do Estatuto Social, esta Assembleia será presidida pelo Sr. Presidente da APA-FAPES/BNDES, com o início da votação previsto para as 11h00, de forma exclusivamente presencial, com previsão de término para as 15h00. Rio de Janeiro, 22 de abril de 2024

Sebastião Bergamini Junior
PRESIDENTE DA APA-FAPES/BNDES

SEU DIREITO

Incertezas jurídicas no caminho da transparência salarial

Por Beatriz Tilkian

A divulgação do "Relatório da Transparência Salarial" pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em março de 2024, conforme estipulado pela Lei 14.611, de julho de 2023, marca um avanço significativo na busca pela igualdade de gênero no mercado de trabalho.

Esta legislação, direcionada a empresas com mais de 100 empregados, visa garantir a equiparação salarial e de critérios remuneratórios entre homens e mulheres que desempenham funções equivalentes.

Ao estabelecer mecanismos de transparência salarial, ampliar a fiscalização contra discriminação, disponibilizar canais para denúncias, promover programas de diversidade e inclusão e incentivar a capacitação feminina, a lei demonstra um compromisso claro com a promoção da equidade e da justiça social no ambiente de trabalho.

Para fiscalizar e assegurar o seu efetivo cumprimento, a Lei determinou a publicação semestral do relatório da transparência salarial, observados os termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, sendo a primeira vez até 31 de março deste ano.

A não divulgação pelas empresas pode gerar a aplicação de multa administrativa, cujo valor corresponderá a até 3% da folha de pagamento do empregador, limitado a 100 salários mínimos, sem prejuízo das sanções aplicáveis aos casos de discriminação salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens.

No entanto, embora o texto legal busque confirmar ideais de igualdade entre as pessoas, já trazidos desde a Constituição Federal, a forma como essa questão tem sido operacionalizada gera muita insegurança às empresas.

A própria emissão deste relatório foi polêmica desde sua origem: havia divergência entre o que estava na regulamentação jurídica e o divulgado nas páginas do sítio oficial do MTE, a ponto de ser necessária a realização de uma live com membros do Ministério para que houvesse explicação e a apresentação do formato do documento; houve suposto vazamento dos relatórios às vésperas da divulgação oficial, quando o órgão também emitiu nota explicativa pedindo a desconsideração de todo o material que fosse acessado antes de 21 de março de 2023; e houve atraso na divulgação final do relatório pelo MTE, reduzindo o tempo de análise pelas empresas das informações apuradas que deveriam ser objeto de publicação em suas redes sociais.

Além destes aspectos que, por si só, geraram bastante insegurança jurídica, especialmente para as empresas, não houve consenso nas decisões judiciais proferidas em caráter preliminar: algumas garantiram o direito das empresas de não publicarem o relatório da transparência salarial e outras não o concederam.

Realmente, parte deste cenário de insegurança e de agitação decorre do fato de que a Lei 14.611/2023 foi publicada em julho de 2023 e já trouxe a possibilidade de aplicação de multa para as empresas a partir de março de 2024, sem um período de maturação das ferramentas que os empregadores poderiam adotar para o desenvolvimento de políticas para a redução da desigualdade salarial ou de critérios remuneratórios entre mulheres e homens. E ainda, com o risco de inconsistência de informações, já que os dados utilizados foram aqueles lançados no e-social em 2022 e sem a possibilidade de eventual impugnação das informações geradas pelo MTE para compor o relatório que, ao final, deve ser divulgado pelas empresas.

Neste cenário de dúvidas, uma de nossas recomendações é a análise detalhada das informações trazidas pelo relatório para avaliação da estruturação de políticas que mitiguem eventuais diferenças entre homens e mulheres na mesma função, ou para estruturação de impugnação (até mesmo em sede judicial) do conteúdo das informações trazidas pelo Ministério do Trabalho para tentar afastar eventuais prejuízos à imagem da empresa e ao clima institucional decorrentes de um relatório inconsistente e com informações desatualizadas.

Beatriz Tilkian é advogada da área de Direito Trabalhista e sócia do Gaia Silva Gaede Advogados, em São Paulo.

Cosmos e Piedade foram os bairros que valorizaram na capital

Cosmos, na Zona Oeste, e Piedade, na Zona Norte, não estão na lista dos bairros mais famosos e valorizados da capital fluminense. No entanto, surpreenderam e assumiram a liderança de outro ranking: o das regiões onde os imóveis à venda ficaram mais caros no primeiro trimestre de 2024.

Nos dois endereços, o preço médio do metro quadrado teve alta superior a 15%. Em Cosmos, a variação entre janeiro e março foi de 25,4%, com o metro quadrado saltando para R$ 5,9 mil. Já em Piedade, a alta foi de 16,9%, para R$ 4,9 mil por metro quadrado. Riachuelo, também na Zona Norte, fecha o Top 3, com um aumento de 9,9% no preço médio do metro quadrado, para R$ 4,7 mil. Os dados fazem parte de um levantamento divulgado pela startup Loft.

Pesquisa do Secovi Rio (Sindicato da Habitação) mostrou que a Zona Norte liderou as transações imobiliárias em 2023. Apenas outros três bairros também apresentaram valorização acima de 5% no período: Portuguesa (alta de 9,5%, com o metro quadrado custando agora R$ 8,2 mil), Inhoaíba (9,3%, para R$ 5,5 mil) e Bonsucesso (5,1%, para R$ 5,2 mil).

Apesar da valorização, a mediana dos preços por metro quadrado em Cosmos e na Piedade segue bem abaixo do praticado nos bairros mais caros do Rio. No último mês, o preço médio do metro quadrado no Leblon era de R$ 21,8 mil. Já em Ipanema, o valor médio era de R$ 19,5 mil por metro quadrado.

No Brasil, as vendas de novos imóveis registraram uma alta de 39,8% no acumulado de 12 meses, encerrados em janeiro de 2024. Ao todo, foram comercializadas 171.627 unidades, aponta indicador da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc)/Fundação Instituto de Pesquisas Econômica (Fipe). O bom desempenho das comercializações foi impulsionado tanto pelo segmento de Médio e Alto Padrão quanto pelo Programa Minha Casa, Minha Vida, estabelecendo assim um novo recorde para o índice. O volume de vendas alcançado no início do ano é também o mais alto registrado até então para o período inicial das séries de vendas anuais. O estudo foi elaborado com dados de 20 empresas do setor.

O segmento Médio e Alto Padrão continua a apresentar bom desempenho nas vendas, com alta de 15% no volume de unidades comercializadas e de 22,1% no valor de vendas. Apesar de uma redução de 0,4% no valor total lançado nesse segmento, há uma indicação clara de uma readequação gradual nos níveis de estoque do Médio e Alto Padrão. Atualmente, a duração da oferta está em 15 meses, contra os 24 meses registrados no início de 2023.

Já o Minha Casa, Minha Vida apresentou um aumento significativo tanto no volume de unidades comercializadas (52,6%) quanto no valor total de vendas ao longo dos doze meses (65,3%). Além disso, registrou-se um acréscimo expressivo de 57,1% no valor de venda dos lançamentos. Esses resultados positivos refletem as medidas implementadas para ampliar o acesso à moradia para famílias de baixa renda e destacam a importância de manter regras estáveis para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, fundamental para o crédito imobiliário destinado a essa população. Iniciativas recentes, como a regulamentação do RET de 1% e o FGTS Futuro, fortalecem ainda mais a habitação popular, aumentando o poder de compra das famílias e facilitando a aquisição da casa própria. Essas ações também impulsionam o desenvolvimento social e econômico do país, contribuindo para o aumento da geração de empregos e renda.

A relação distrato sobre venda no Médio e Alto Padrão segue em um baixo patamar (11,5%), ressaltando a eficácia do marco legal estabelecido em 2018. Para se ter uma ideia, quando a Lei dos Distratos foi sancionada, essa relação era de cerca de 40%.

Beelieve lança Sebraeplace de cursos de marketing digital para MPEs

A Beelieve Group, empresa que busca democratizar o marketing digital para PMEs, anuncia liberação como fornecedores homologados com o Sebrae Paraná para a oferta de cursos na maior plataforma de serviços e soluções para os pequenos negócios do país, o Sebraeplace.

Após um processo de avaliação conduzido pela instituição, a Beelieve terá seus cursos disponibilizados no Sebreaplace, com a garantia de atendimento dos padrões de qualidade e relevância estabelecidos pelo órgão. "Esta parceria reforça o compromisso da empresa em democratizar o acesso à educação e profissionalização em marketing digital, alinhando-se à missão do Sebrae de impulsionar o sucesso dos pequenos negócios no Brasil" explica Henrique Michelini, novo CEO da Beelieve Group.

Desde março os cursos da UniBee, braço educacional da Beelieve, estão disponíveis na plataforma do Sebrae, oferecendo aos empreendedores e profissionais de marketing digital a oportunidade de aprimorar suas habilidades a preços acessíveis. Enquanto os cursos na plataforma da companhia têm o valor de R$ 1.199,90, os alunos poderão adquiri-los pelo valor especial de R$ 499,90 no Sebraeplace.

"Reconhecemos a importância do treinamento especializado para empreendedores e aspirantes a empresários. Entendemos que investir em capacitação em áreas como Customer Success, Planejamento Estratégico em Marketing Digital e Tráfego Pago é fundamental para o sucesso daqueles que já estão no mundo dos negócios ou querem entrar nele. Nela, encontramos uma parceira comprometida em fornecer os recursos e conhecimentos necessários para que empresários e futuros empreendedores se aprimorem nessas temáticas através de excelentes cursos", afirma o gestor da plataforma Sebraeplace, Emanuel Campigotto Sandri.

O conteúdo dos cursos permanece o mesmo, garantindo aos alunos uma experiência de aprendizado consistente e de alta qualidade. Além disso, os certificados de conclusão de curso serão assinados tanto pela Beelieve quanto pelo Sebrae.

UNIMED NOVA IGUAÇU PARTICIPAÇÕES S.A. - UNIPASA
CNPJ/MF nº 15.228.057/0001-10
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem, na modalidade semipresencial, no dia 30 de abril às 13h na sede social da Companhia, situada na Rua Humberto Gentil Baroni, n° 180 - Centro - Nova Iguaçu, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Tomada de conta da administração, votação sobre o relatóro de administração, balanço patrimonial e demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2023; 2. Destinação do resultado do exercício e distribuição dos dividendos; 3. Eleger os administradores (membros da Diretoria e Conselho de Administração – Gestão 2024-2027) e os membros do Conselho Fiscal (mandato 2024-2025); 4. Aprovação da remuneração da administração; 5. AFAC. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Alteração do Estatuto Social; 2. Instituto; 3. Governança e *compliance*; 4. Uninova; 5. Baixa do CNPJ do Espaço Cuidar Bem Laboratório devido às transferências das atividades para o CNPJ filial da UNIMED Controladora; 6. Baixa do CNPJ do Centro Oncológico devido às transferências das atividades para o CNPJ filial da UNIMED Controladora; 7. Definição da criação e abertura do Hospital/Centro de Imagem e transferência das atividades e gestão para a Controladora – Unimed Nova Iguaçu; 8. Autorização para criação de empresa de atividades de corretagem; 9. Autorização para criação de empresa para prestação de serviços de RH; 10. Assuntos gerais. NOTAS: Os acionistas que desejarem participar à distância deverão solicitar acesso à plataforma para videoconferência *Zoom* por meio de mensagem eletrônica para o endereço natalia.virgens@unipasani.com.br, com o título "dados de acesso - AGO", indicando o nome completo, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, cópia de um documento de identidade com fotografia e um telefone para contato. Se procurador ou representante de pessoa jurídica, será necessário incluir adicionalmente o(s) documento(s) que comprove(m) os poderes para a representação. A Companhia retornará a mensagem com as instruções pormenorizadas de acesso ao Sistema até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da assembleia. Se houver dúvida sobre a autenticidade do remetente, a Companhia fará contato através do telefone indicado na mensagem. O acionista que desejar participar à distância deverá providenciar computador ou aplicativo com acesso à rede mundial de computadores, com câmera para sua identificação e microfone para que possa se comunicar com os demais presentes, sendo possível ainda a manifestação escrita por meio do Sistema. A Companhia não será responsabilizada por problemas decorrentes dos equipamentos de informática ou da conexão à rede mundial de computadores dos acionistas, assim como por quaisquer outras situações que não estejam sob o seu controle. Os acionistas, bem como seus eventuais representantes nos termos do Manual de Registro da Sociedade Anônima, Anexo V da Instrução Normativa DREI n° 81, deverão apresentar previamente o(s) documento(s) listado(s) abaixo a fim de que suas participações sejam admitidas: (i) Carteira de Identidade (ou equivalente) com foto; (ii) Em caso de pessoa jurídica, documento(s) que comprove(m) os poderes para a representação; (iii) Em caso de procuradores, procuração válida. Os documentos listados acima devem ser submetidos em cópia legível para o *e-mail* natalia.virgens@unipasani.com.br ou presencialmente na sede social da Companhia, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas do início da Assembleia. Caso tenham sido enviados por ocasião da solicitação de dados de acesso, não será necessário o reenvio. Não é permitida a participação ativa ou passiva, presencial ou por acesso remoto, de pessoas que não sejam os acionistas, seus representantes legais ou terceiros cuja presença seja permitida nos termos da legislação vigente. Eventuais dúvidas podem ser direcionadas por meio do canal eletrônico: natalia.virgens@unipasani.com.br ou pelo telefone (21) 3759-8200 - Ramal 8476. Nova Iguaçu, 18 de abril de 2024. Javert do Carmo Azevedo Filho - Presidente do Conselho de Administração.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

CONSTRUTORA METROPOLITANA S A torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, através do processo nº EIS-PRO-2023/17648 Licença Ambiental Municipal de Instalação para Urbanização de Via, com Drenagem, Pavimentação e Eventuais Interligações de Esgotamento Sanitário e Abastecimento de Água, localizado em Rua Ferreira Andrade,649,Cachambi - Rio de Janeiro.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CASAS LOTÉRICAS, LOTERIA, REVENDEDORES LOTÉRICOS, LOJAS DE JOGOS AUTORIZADOS E LOJAS DE AGENCIAMENTO DO JOCKEY CLUB DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
E R R A T A

O EDITAL DE CONVOCAÇÃO QUE FOI PUBLICADO NO JORNAL MONITOR MERCANTIL, NO DIA 19 DE ABRIL DE 2024, SEXTA-FEIRA, **ONDE ESTÁ ESCRITO:** REUNIREM-SE EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA NO DIA 19 DE ABRIL DE 2024, **LÊ-SE:** REUNIREM-SE EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2024
Jose Carlos Ribeiro
Presidente do SINDILOTO/RJ

NX GOLD S.A.
CNPJ/MF nº 18.501.410/0001-81 - NIRE 35300570804
AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos acionistas da NX GOLD S.A. ("Companhia") que foram disponibilizados na sede da Companhia, localizada na Rua Surubim, nº 577, conjunto 63, Cidade Monções, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-050, os documentos referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. São Paulo, 18 de abril de 2024. **NX GOLD S.A.**

BANCO CÉDULA S/A
CNPJ nº 33.132.044/0001-24
CONVOCAÇÃO – ASSEMBLÉIA GERAL CONJUNTA ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 30 DE ABRIL DE 2024

O Conselho de Administração do Banco Cédula S/A, usando das atribuições que lhe conferem a Lei e o Estatuto Social convoca os Srs. Acionistas para a Assembléia Geral Conjunta Ordinária e Extraordinária a ser realizada na sede na R. Gonçalves Dias, 65/67 – 4º andar, no dia 30/04/2024 às 11h, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I–AGO: a)**Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2023; **b)**Eleição da nova composição e novo Membro do Conselho de Administração; **II– AGE: a)**Fixação da remuneração global dos Administradores; **b)**Alteração do Estatuto Social arts 9º-§1º, 13º-§2º e 32-Inciso III;**c)**Assuntos gerais. RJ, 19/04/2024.
Jacques Claudio Stivelman – Vice Presidente do Conselho.

ABAETÉ ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS S.A.
CNPJ 24.988.496/0001-11
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam convidados os acionistas da Cia. a se reunir no dia 29/04/24, às 15h, na sede social localizada na Av. Barão de Tefé, nº 34, 19º andar, Saúde, Rio de Janeiro/RJ, para deliberar sobre: **I) EM AGO:** (a) as demonstrações financeiras e o relatório da administração referentes ao exercício social de 2023; (b) a destinação do resultado de 2023 da Cia; (c) a reeleição da Diretoria; e **II) EM AGE:** (a) o limite de remuneração dos administradores. Rio de Janeiro, 19/04/23. Diretoria.

EMMANUEL BLOCH, ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA.
C.N.P.J. 33.259.722/0001-14
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLÉIA DE SÓCIOS
São convidados os senhores cotistas da EMMANUEL BLOCH, ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA., para se reunirem em Assembléia de sócios cotistas, na sede da Sociedade, na Rua Sete de Setembro, 55 – sala 1905, no dia 29 de abril de 2024, às 14:00 horas, para: a) Aprovação de contas e deliberar sobre Balanço Patrimonial e do Resultado Econômico encerrado em 31/12/2023; b) Assuntos de interesse geral. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2024. As.) Jean Charles David Bernheim Sócio Administrador

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2024 E PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA DE 2024 DA COOPCOTERIO - COOPERATIVA DE CONSUMO DOS PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
O Diretor Presidente da **COOPCOTERIO - COOPERATIVA DE CONSUMO DOS PROPAGANDISTAS, PROPAGANDISTAS VENDEDORES E VENDEDORES DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, CNPJ 21.337.648/0001-28, Nire nº 3340005357-5, Inscrição Estadual nº 86.828.081 com sede na Av Feliciano Sodré 864, Loja 126 do Condomínio Kharen Place, Teresópolis/RJ, CEP 25963-025, convida a presença de todo o quadro societário composto de (25) vinte e cinco cooperantes para comparecer em sua sede no dia 05/05/2024 com primeira chamada as 08:00h, segunda chamada as 09:00h e terceira e última chamada as 10:00h, para participar da **PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 2024** em cumprimento ao Artigo 44º da Lei 5.764/71, onde uma cópia deste edital também será afixado em local visível na sede da cooperativa e uma cópia enviada por circular via e-mail para todo o quadro social, para deliberar, votar, aprovar ou não com número estatutário legal, os assuntos constantes deste Edital, quais sejam: **(1)** A prestação de contas dos órgãos diretivos da cooperativa no exercício 2023; **(2)** O balanço e da destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes, caso exista, com todos os relatórios comprovatórios necessários no exercício 2023 e **(3)** Efetuar a eleição com rodízio obrigatório anual de 2/3 dos componentes do Conselho Fiscal para o exercício 2024/2025, e logo depois, **A PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 2024** com a seguinte pauta: **(1)** Entrada e saída de associados, **(2)** Candidatura, eleição e posse para repor cargos vacantes e **(3)** Alterações estatutárias. Teresópolis/RJ, 24 de abril de 2024.
Luiz Fernando Peixoto Lima - CPF 940.088.417-68 - Diretor Presidente.

DFB CONTROLE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 40.415.070/0001-25 – NIRE 3330033665-6
Edital de Convocação
Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária
Ficam convocados os acionistas a comparecerem nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária ("AGOE") que serão realizadas no dia 30 de abril de 2024, às 11h, na sede social da Companhia, localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller, nº 116, sala 2607, Botafogo - CEP 22290-160, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **I - Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e demais documentos relativos ao exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** Aprovar e ratificar a distribuição e pagamento de dividendos aos Acionistas, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária, bem como autorizar a amortização de saldo devedor de Acionistas junto a Companhia e/ou sua Controladora, nos termos do item III, da cláusula 2.5, do Instrumento Particular de Compra e Venda de Participação Societária e Outras Avenças celebrado entre a Companhia e os Acionistas; **(iv)** Eleição dos membros para compor a Diretoria da Companhia, com mandato unificado até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 2026; e **(v)** Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **II - Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Alterar a forma de representação da Companhia, estabelecida nos Parágrafos Terceiro e Quarto, do art. 15 do Estatuto Social, com a consequente exclusão do Parágrafo Terceiro e reforma e renumeração do Parágrafo Quarto e Sexto, do art. 15 do Estatuto Social; **(ii)** Sujeito à aprovação da matéria constante do item (i), aprovar a reforma do art. 15 do Estatuto Social da Companhia e a sua consolidação; e **(iii)** Autorizar os Diretores da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das matérias aprovadas.
Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024.
Diniz Ferreira Baptista
Diretor Executivo

ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.
CNPJ nº 01.280.003/0001-99 - NIRE 33.3.0016334-4
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024. 1. Convocação: Nos termos do artigo 14 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e do parágrafo 2º, do artigo 10, do estatuto social da **Águas do Paraíba S.A.** ("Companhia"), ficam os senhores acionistas da Companhia convocados a se reunirem em assembleia geral extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 08 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida José Alves de Azevedo, nº 233, Parque Rosário, na Cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro, CEP 28.925-496, para deliberar sobre as matérias descritas no item 2 abaixo ("AGE"). **2. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), a realização, pela Companhia, de sua 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, no valor total de R$ 153.900.000,00 (cento e cinquenta e três milhões e novecentos mil reais), na data de emissão ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública de distribuição, sob o rito de registro automático, destinada a investidores profissionais, assim definidos na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e das demais disposições e regulamentações aplicáveis, observados os termos e condições a serem definidos no *"Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático, Destinada a Investidores Profissionais, da Águas do Paraíba S.A."* a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), na qualidade de agente fiduciário, representante dos titulares das Debêntures, e a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("Fiadora"), na qualidade de fiadora ("Escritura de Emissão"); **(ii)** a prática, pela diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores, conforme o caso, de todos os atos necessários relacionados à implementação, realização e formalização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando a: **(a)** a contratação da instituição financeira responsável pela colocação das Debêntures ("Coordenador Líder") e demais prestadores de serviços no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando ao banco liquidante, o escriturador, a B3 – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3, o Agente Fiduciário, os assessores legais, dentre outros, podendo, inclusive, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva contratação dos serviços, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais alterações em aditamentos, incluindo, mas não se limitando a, o "*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da 2ª (Segunda) Emissão da Águas do Paraíba S.A*", a ser celebrado entre a Companhia, a Fiadora e o Coordenador Líder; **(ii)** a discussão, negociação e definição, observado o disposto nas deliberações desta assembleia, dos termos e condições da Emissão e da Oferta; e **(iii)** a celebração da Escritura de Emissão e de seus eventuais aditamentos, bem como todos e quaisquer outros instrumentos, aditamentos, requerimentos, formulários, declarações, termos, procurações, e/ou demais documentos pertinentes à realização da Emissão e da Oferta, observado o disposto nas deliberações acima que venham a ser aprovadas na assembleia; e **(iii)** a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou por seus procuradores, conforme o caso, relacionadas às deliberações que venham a ser aprovadas na assembleia. Campos dos Goytacazes, 18 de abril de 2024. **ÁGUAS DO PARAÍBA S.A.** Nome: Giuliano Junho Tinoco - Cargo: Diretor; Nome: Carlos Eduardo Tavares de Castro - Cargo: Diretor.

CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA
A FMC Technologies do Brasil, inscrita no CNPJ 48.122.295/0027-34, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico – SMDUE, através do processo nº EIS-PRO-2023/11796, a renovação da licença Municipal de Operação nº 2024/00043 com validade de 26/03/2034 para Montagem de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo, peças e acessórios, localizada na Rua Aloisio Teixeira, 617 - Cidade Universitária – Rio de Janeiro, em substituição a licença Municipal de Operação nº 002165/2017.

Veículos de investimento nos Estados Unidos para investidores brasileiros

Por Jorge Priori

Conversamos com Cristina Teixeira, cofundadora e CEO da Astride, sobre veículos de investimento nos Estados Unidos para investidores brasileiros pessoa física.

O que faz a Astride?

A Astride é uma plataforma digital de serviços contábeis e tributários que ajuda os clientes a entenderem qual a melhor estrutura para que possam investir no mercado financeiro dos Estados Unidos, seja através da Avenue, da XP ou do BTG, de forma a evitar o imposto de herança, que é altíssimo nos Estados Unidos.

Isso porque mesmo que a pessoa não more aqui, se ela investir, por exemplo, num imóvel ou em ações que excedam US$ 60 mil, em caso de falecimento haverá um imposto de herança que vai de 18% a 40% do valor do bem, dependendo do caso. Nos Estados Unidos, esse imposto é mais alto que o ITCMD brasileiro (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação – competência dos estados e do Distrito Federal).

Com essa estrutura, os clientes investem nos Estados Unidos através de uma pessoa jurídica (PJ), que é uma holding financeira ou patrimonial que serve para que o investidor tenha uma conta corrente em nome da PJ, e não no nome da pessoa física. Como a PJ estrangeira nunca morre, não há imposto de herança.

Cada cliente tem a sua PJ, mas, geralmente, ele inclui a sua família para automatizar a sucessão no exterior, sendo ele responsável pela movimentação da conta corrente. Trata-se de uma estrutura legal, com tudo permitido e declarado. Inclusive, nós ajudamos com a declaração dessa estrutura no Brasil para a Receita Federal, através do Imposto de Renda, e para o Banco Central para quem investe acima de US$ 1 milhão. Fazemos isso para que não haja nenhum furo em todo esse processo, seja no Brasil, nos Estados Unidos ou onde a empresa for aberta, que pode ser nas Bahamas ou nas Ilhas Virgens Britânicas, os lugares mais usados para esse tipo de veículo de investimento.

Para que você tenha uma ideia do que conseguimos com a automação, o processo de abertura desse tipo de empresa, nesses dois lugares, demora, geralmente, de três semanas a três meses nos escritórios tradicionais. Na Astride, nós estamos abrindo em 24 horas nas Ilhas Virgens e em até três dias nas Bahamas.

Depois de aberta a PJ, nós nos conectamos com os bancos americanos e passamos a receber, automaticamente, as informações da movimentação da conta corrente da empresa. Com isso, o cliente não precisa nos enviar os extratos das contas. Ele só precisa autorizar os bancos a compartilharem as informações conosco. Quando esses dados chegam, a plataforma gera a contabilidade da PJ, o que faz com que não haja intervenção manual no processo. A plataforma faz um balanço de uma conta da Avenue em 30 segundos. Se isso fosse feito manualmente, o mesmo trabalho demoraria 8 horas.

Isso nos permitiu trazer os preços para baixo, tornando esse tipo de estrutura viável para quem investe acima de US$ 150 mil em termos de custo x benefício. Nós revolucionamos a forma de entregar um serviço que já era entregue há décadas, mas de forma manual, com atendimento ruim, em outra língua e preços muito altos.

Antes da Avenue, que foi o nosso primeiro parceiro e a empresa que abriu esse movimento de pessoas que nunca tinham tido acesso a investir fora do Brasil, os bancos de investimento exigiam US$ 500 mil para que uma conta fosse aberta, R$ 2,5 milhões, o que já é uma pessoa multimilionária. Depois dessa abertura, pessoas que possuem US$ 50 mil, US$ 100 mil ou US$ 200 mil já podem ter uma conta corrente nos Estados Unidos para investir. O que dificultava esse movimento é que antes tudo era feito de forma manual pelos bancos.

O trabalho que a Astride faz é específico para brasileiros?

Hoje, sim. Nós temos no nosso pipeline replicar esse modelo para América Latina. No segundo semestre deste ano, nós vamos lançar a Astride na Europa para quem investe através de bancos na Suíça, mas, inicialmente, até pelo meu histórico e histórico dos meus sócios, todos nós brasileiros, o mercado que escolhemos primeiro foi o de brasileiros que investem nos Estados Unidos.

Divulgação Astride

Cristina Teixeira

Quando vale a pena um investidor ter esse veículo de investimento?

Vale a pena ter esse veículo de investimento a partir de, aproximadamente, US$ 150 mil, pois o nosso custo é de US$ 1,5 mil/ano, ou seja, isso custaria, no máximo, 1% ao ano para o investidor. A pessoa que tem menos de US$ 150 mil, geralmente, vai manter uma conta de investimento na pessoa física nos Estados Unidos, mas ela estará limitada ao que pode investir para não estar exposta ao imposto de herança. Por exemplo, esse investidor não poderá investir em ações de empresas americanas, ETFs ou fundos americanos, pois tudo isso teria o imposto de herança.

Nos Estados Unidos, o imposto sobre herança é federal ou estadual?

Para quem não mora aqui, é federal. Para quem mora, além do imposto de herança federal, na maioria dos estados tem o imposto de herança estadual.

Ou seja, esse veículo é um instrumento de planejamento patrimonial.

Exatamente. Nas conversas iniciais, nós perguntamos se a pessoa é casada, o regime de casamento, se tem filhos menores e maiores de idade, se pensa em mudar para a Europa ou para os Estados Unidos, o que pode interferir na decisão do que vamos recomendar, e se tem herdeiros que moram aqui, o que faz com que a estrutura seja diferente. Há um trabalho consultivo importante que dedicamos na aquisição desse cliente.

Nós somos muito transparentes ao explicar como as coisas funcionam para não deixarmos o cliente ignorante. Eu digo isso porque a maioria das empresas que abrem esses veículos não falam nada, não perguntam nada e abrem do jeito que acham melhor, o que faz com que as pessoas não entendam o que está acontecendo e se sintam inseguras. A maioria dessas empresas são internacionais e atendem vários países, o que se torna outro problema para os clientes, pois, além de não explicarem, elas não falam português.

Como tem sido a receptividade do mercado?

Nós lançamos o serviço em setembro de 2022 para o B2C e já estamos chegando a 500 clientes. Isso porque no primeiro ano nós só atendemos clientes Avenue, pois nos integramos com a XP e com o BTG no final do ano passado. Para 2024, a previsão é de terminar o ano com mais de 1.300 clientes.

Com relação ao B2B, nós estamos oferecendo esse serviço para os concorrentes, como escritórios de contabilidade e de advocacia e family offices que já fazem esse tipo de trabalho na mão. Nós estamos começando a usar o nosso software como um serviço. Isso é interessante porque resolve um grande problema que essas empresas têm e nos dá uma possibilidade de crescimento muito maior.

Existe sentido numa PJ brasileira montar esse tipo de estrutura nos Estados Unidos através de uma PJ americana?

Poder, pode, mas a tributação no Brasil para esse tipo de atividade seria de 34% em caso de PJ, muito mais alto que os 15% da física, o que faz com que isso não tenha sentido.

GEOMECÂNICA S/A TECNOLOGIA DE SOLOS, ROCHAS E MATERIAIS - CNPJ - 42.163.162/0001-90 NIRE - 33.3.0009530-6

ATA SEXAGÉSIMA SEGUNDA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E NONAGÉSIMA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2024. Data, hora e local da assembleia: Aos 10 de abril de 2024, às dezesseis horas, na sede da Geomecânica S/A Tecnologia de Solos, Rochas e Materiais, localizada na Rua Bela, nº 1128, São Cristóvão, nesta cidade do Rio de Janeiro. **2) Mesa diretora:** Sr. André de Freitas Bogossian, na qualidade de presidente da sociedade; Secretário: Sr. Luiz Carlos Martins Machado. **3) Presenças:** acionistas representando a totalidade do capital social. **4) Convocação:** dispensada sua prévia publicação, de acordo com o parágrafo 4º, artigo 124 da Lei 6404/76. **5) Deliberações:** por unanimidade dos acionistas presentes, foram tomadas as seguintes decisões: 5.1 - Da Assembleia Geral Ordinária: a) Aprovação do Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício, Demonstrações Financeiras e Relatórios da Diretoria relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. b) Distribuição do Resultado do Exercício de acordo com o capítulo VI, artigo 25 dos Estatutos Sociais: b.1: O lucro líquido do exercício é de R$ 12.395.780,17 (doze milhões , trezentos e noventa e cinco mil, setecentos e oitenta reais e dezessete); b.2 - Destinação do Lucro Líquido: 5% para Reserva Legal no valor de R$ 619.789,00 (seiscentos e dezenove mil, setecentos e oitenta e nove reais); Um valor de R$ 3.098.945,00 (três milhões , noventa e oito mil, novecentos e quarenta e cinco reais) para distribuição de dividendos; Um valor de 1.239.578,02 (Hum milhão, duzentos trinta e nove mil, quinhentos e setenta e oito reais e dois centavos) para gratificação do Conselho de Administração; Um valor de R$ 1.859.367,05 (hum milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, trezentos e sessenta e sete reais e cinco centavos) para gratificação da Diretoria Executiva; Um valor de R$ 123.957,80 (cento e vinte e três mil, novecentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos) para gratificação da Diretoria Adjunta; e o saldo de R$ 6.073.932,30 (seis milhões, setenta e três mil, novecentos e trinta e dois reais e trinta centavos) transferidos para a conta de Lucros Acumulados. **Da Assembleia Geral Extraordinária:** a) Considerando que o saldo da conta de Lucros em Suspensos à disposição da Assembleia apresentava um valor de R$ 9.401.162,86 (nove milhões, quatrocentos e um mil, cento e sessenta e dois reais e oitenta e seis centavos) relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e conforme Balanço Patrimonial, Demonstrativo do Resultado do Exercício, Demonstrações Financeiras e Relatórios da Diretoria relativos levantados extraordinariamente em 31 de dezembro de 2023, os acionistas presentes revolvem: b1: uma distribuir deste saldo, a título extraordinário, dividendos e gratificações e seus conselheiros e administradores da seguinte forma: b1: uma importância de R$ 2.350.290,70 (dois milhões, trezentos e cinquenta mil, duzentos e noventa reais e setenta centavos) a título de dividendos. b.2: uma importância de R$ 940.116,20 (novecentos e quarenta mil, cento e dezesseis reais e vinte centavos) para o Conselho de Administração; b.3 : uma importância R$ 1.410.174,50 (hum milhão, quatrocentos e dez mil, cento e setenta e quatro reais e cinquenta centavos) para a Diretoria Executiva; b.4: uma importância de R$ 94.011,60 (noventa e quatro mil , onze reais e sessenta centavos) para a Diretoria Adjunta. O saldo remanescente dos Lucros em Suspensos de R$ 4.606.569,86 (quatro milhões seiscentos e seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e seis centavos) continua à disposição das futuras Assembleias. Como consequência dos atos desta assembleia, o saldo consolidado da conta Lucros em Suspenso neste data, fica em R$ 10.680.502,16 (dez milhões, seiscentos e oitenta mil, quinhentos e dois reais e dezesseis centavos) à disposição de futuras Assembleias. Nada mais havendo a tratar, e nenhum dos presentes querendo fazer uso da palavra, foram suspensos os trabalhos por tempo necessário para lavratura dessa ata, que depois de lida por mim, em sessão reaberta, foi unanimemente aprovada e assinada pelos acionistas presentes. Rio de Janeiro, 10 de abril de 2024. Francis Bogossian, Luiz Carlos Martins Machado, Hildegard Beatriz Angel Bogossian. A presente Ata é cópia fiel do livro de Atas de Assembleias Gerais. André de Freitas Bogossian CPF. 543.636.087-49 Luiz Carlos Martins Machado CPF. 189.017.357-68. Relação dos Acionistas Presentes na Sexagésima-Segunda Assembleia Geral Ordinária e Nonagésima Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de Abril de 2024. **Nome, Ações;** Francis Bogossian 29.488.581; Luiz Carlos Martins Machado 2.494; Hildegard Beatriz Angel Bogossian 2.494; Total de Ações 29.493.569. **Anexo I - Estatuto Social da Geomecânica S/A Tecnologia de Solos, Rochas e Materiais, Consolidado na Assembleia Geral Extraordinária** realizada em 10 de Abril de 2024. **CAPITULO I** - Da denominação, sede, foro, objeto e duração. Art. 1º - Sob a denominação de GEOMECÂNICA S/A Tecnologia de Solos, Rochas e Materiais, fica constituída uma sociedade anônima, que se regerá por este estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Art. 2º - A sede social será na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, onde funcionará em local determinado pela Diretoria, que poderá a seu critério, instalar ou extinguir filiais, agências, escritórios, depósitos e qualquer outra forma de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. O foro competente é o da Cidade do Rio de Janeiro. Art. 3º - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado. Art. 4º - A sociedade tem por objetivos: a) Tecnologia de solos, rochas e materiais de construção; b) Projetos de engenharia, viabilidade técnica e econômica, injeção de cimento e produtos químicos, prospecção geológica, geofísica e geotécnica, consultoria técnica e supervisão de projetos de construção; c) Levantamentos topográficos, hidrológicos, batimétricos, acústicos e oceanográficos; d) Execução de obras e serviços especiais de engenharia. Parágrafo Único - A sociedade poderá participar como acionista ou sócio cotista de outras sociedades que tenham ou não idêntico objeto social, e inclusive participar no capital de empresa sob os benefícios da legislação de incentivos fiscais. **CAPÍTULO II** - Do capital e ações Art. 5º - O capital social é de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), totalmente integralizado em moeda corrente no país, dividido em 29.493.569 (vinte e nove milhões, quatrocentas e noventa e três mil, quinhentas e sessenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Único - Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais. **CAPÍTULO III** - Da Administração Art. 6º - A administração da sociedade será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto. Parágrafo Único - As atribuições e poderes conferidos por lei a cada um dos órgãos da administração não poderão ser outorgados a nenhum outro órgão. Do Conselho de Administração Art. 7º - O Conselho de Administração será composto por, pelo menos, 03 (três) membros, todos acionistas e residentes no País, com a denominação de Conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição. Parágrafo 1º - Findo um mandato, o Conselheiro permanecerá no exercício do cargo até a investidura de seu substituto, nos termos da lei e deste Estatuto. Parágrafo 2º - Os mandatos dos Conselheiros deverão ter o mesmo termo inicial, sendo certo que Conselheiros eleitos para substituir outros antes do encerramento de seus mandatos deverão servir apenas até o restante dos mandatos, salvo deliberação da Assembleia Geral em sentido diverso. Art. 8º - O Conselho de Administração terá um Presidente, que convocará e presidirá suas reuniões, e dois Vice-Presidentes a serem indicados pelo Presidente, que o substituirão em seus impedimentos e ausências conforme sua indicação. Art. 9º - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que necessário para atendimento aos interesses sociais, mediante convocação do Presidente. Parágrafo 1º - As reuniões serão convocadas mediante carta, e-mail, telegrama ou fax entregues aos demais Conselheiros, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, devendo a convocação mencionar o local, data e hora da reunião, bem como, resumidamente, a ordem do dia. Das reuniões do Conselho de Administração será lavrada ata assinada pelos Conselheiros participantes da deliberação. Parágrafo 2º - A convocação prevista no parágrafo anterior será dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração. Parágrafo 3º - As reuniões do Conselho de Administração somente serão validamente instaladas se contarem com a presença de pelo menos 02 (dois) Conselheiros, sendo um deles, necessariamente, o Presidente do Conselho de Administração. Parágrafo 4º - As reuniões do Conselho poderão ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação, sendo facultado aos Conselheiros, ainda, o envio de manifestações de voto por escrito. Art. 10 - No caso de vacância do cargo de Conselheiro, os Conselheiros remanescentes nomearão um substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente. Parágrafo 1º - Em caso de ausência temporária, o Conselheiro ausente poderá nomear outro Conselheiro para representá-lo durante a ausência. Art. 11 - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes, devendo necessariamente contar com o voto afirmativo do Presidente, e cabendo a este o voto de qualidade em caso de empate. Art. 12 - A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada pela Assembleia Geral, que homologará, quando for o caso, o montante da participação que lhes deva caber no lucro, nos termos deste estatuto. Art. 13 - Compete ao Conselho de Administração: (i)estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da sociedade, através das diretrizes fundamentais de administração e fiscalizar a observância de tais diretrizes, acompanhar a execução dos programas aprovados e verificar os resultados obtidos; (ii) convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando necessária, a Assembleia Geral Extraordinária; (iii)nomear e destituir os Diretores da sociedade, fixando-lhes atribuições e a sua remuneração individual, com base na remuneração global fixada pela Assembleia Geral; (iv)manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as demonstrações financeiras do exercício e a proposta de destinação do resultado do exercício, bem como sobre outras propostas submetidas pela Diretoria; (v)fiscalizar a gestão dos Diretores; (vi)aprovar o planejamento estratégico anual da sociedade e suas atualizações; (vii) analisar a carteira de serviços e as ações para captação de novos clientes; (viii)definir a política geral de promoção da sociedade; (ix)supervisionar a gestão de produção e dos contratos em andamento; (x)analisar e supervisionar a gestão administrativa e financeira da sociedade; (xi)tomar todas as decisões que impliquem em variação substancial da situação patrimonial da sociedade; (xii) decidir sobre os investimentos da sociedade, em especial no que se refere aos investimentos a serem realizados em novas atividades e mercados; (xiii) decidir sobre associações estratégicas; (xiv) definir a política de aquisição/participação em outras sociedades; (xv)assegurar os recursos de manutenção do SGI - Sistema de Gestão Integrada; (xvi) definir a política de formação dos colaboradores da sociedade; (xvii)examinar, a qualquer tempo, atos, livros, documentos e contratos da sociedade; (xviii)autorizar a compra de ações da sociedade, para sua permanência em tesouraria ou cancelamento, nos termos da lei e das disposições regulamentares em vigor; (xix)autorizar a renúncia a direitos de subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão de sociedades controladas; (xx)elaborar, para submissão à deliberação da Assembleia Geral, os programas de emissão e opção de compra de ações para administradores, empregados, ou pessoas naturais que prestem serviços à sociedade, nos limites do capital autorizado; (xxi)deliberar a emissão de valores mobiliários de qualquer tipo, inclusive bônus de subscrição; (xxii)propor à Assembleia Geral o destino a ser dado ao lucro líquido do exercício; (xxiii)escolher e destituir consultores e bancos de investimento para prestação de serviços à sociedade; (xxiv)aprovar planos financeiros e de negócios; (xxv)autorizar a abertura de sucursais, filiais, agências, postos de serviço, depósitos e escritórios; (xxvi)indicar os administradores ou outros representantes em sociedades nas quais a sociedade detenha participação societária; (xxvii)autorizar a sociedade, bem como as sociedades por ela controladas e coligadas a celebrar, alterar ou rescindir Acordos de Acionistas ou Quotistas; (xxviii)autorizar a contratação de créditos e financiamentos, no País e no exterior, de qualquer valor; (xxix)autorizar a aquisição, alienação, arrendamento, cessão, transferência ou gravame de bens imóveis, direitos e concessões, de qualquer valor; (xxx)executar outras atividades que lhe sejam delegadas pela Assembleia Geral; e (xxxi)resolver os casos não previstos neste Estatuto. Da Diretoria Art. 14 - A Diretoria da sociedade será composta por até 08 (oito) Diretores, sendo 01 (um) o Diretor Presidente, até 04 (quatro) Diretores Vice-Presidentes, e até 04 (quatro) Diretores Adjuntos e Diretores Assistentes, todos eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. Parágrafo 1º - O Conselho de Administração poderá fixar, para cada Diretor, competências individuais relacionadas às diversas áreas de negócio da sociedade e a seus segmentos de atuação. Parágrafo 2º - Somente poderão ser eleitos para ocupar cargos na Diretoria pessoas que tenham notória capacidade e experiência compatível com os cargos e funções para os quais tenham sido indicados. Parágrafo 3º - O mandato dos Diretores será de 03 (três) anos, permitida a reeleição, e terminará com a eleição e posse de seus substitutos. Parágrafo 4º - A investidura dos Diretores far-se-á por termo lavrado no livro de atas da Diretoria. Parágrafo 5º - Os Diretores, findo o prazo de gestão, permanecerão no exercício dos respectivos cargos, até a eleição e posse dos novos Diretores. Parágrafo 6º - Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de um terço, poderão ser eleitos para cargos de Diretores, com exercício cumulativo de funções. Art. 15 - Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, o estatuto e o Conselho de Administração lhe conferirem para a prática de atos necessários ao regular funcionamento da sociedade. Parágrafo Único - É expressamente vedado a qualquer Diretor fazer uso do nome da sociedade em cartas de fiança, endosso ou outros fins diversos da finalidade e do interesse da sociedade, observados os limites deste estatuto. Art. 16 - Nos casos de impedimentos ou de ausências temporárias, o Diretor Presidente designará seu substituto dentre os Diretores Vice-Presidentes, e os Diretores Vice-Presidentes e demais Diretores serão substituídos por quaisquer dos Diretores Vice-Presidentes. Art. 17 - A sociedade será representada ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, na forma deste Artigo, e somente se vinculará mediante as assinaturas: (i)do Diretor Presidente em conjunto com um dos Diretores Vice-Presidentes; (ii)do Diretor Presidente em conjunto com procurador de um dos Diretores Vice-Presidentes; (iii)de um dos Diretores Vice-Presidentes, em conjunto com procurador do Diretor Presidente; ou (iv)de procurador do Diretor Presidente, em conjunto com procurador de um dos Diretores Vice-Presidentes. Parágrafo 1º - A sociedade em hipótese alguma se vinculará por atos assinados unicamente pelos Diretores Vice-Presidentes ou por seus respectivos procuradores. Parágrafo 2º - Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 1º acima, bastará a assinatura do Diretor Presidente, ou de um dos Diretores Vice-Presidentes, exclusivamente para os seguintes atos: (i) receber cheques nominais relativos a importâncias devidas à sociedade; (ii) assinar correspondências de caráter não-vinculante para a sociedade; (iii) firmar propostas e/ou contratos de prestação de serviços da sociedade para órgãos públicos, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, ou pessoas de direito privado; e (iv) endossar cheques para depósito bancário em conta corrente de titularidade da sociedade. Parágrafo 3º - A outorga de mandato pela sociedade somente poderá ser feita após aprovação do Conselho de Administração, devendo o instrumento conter assinatura do Diretor Presidente em conjunto com um dos Diretores Vice-Presidentes, ou de 02 (dois) Diretores Vice -Presidentes em conjunto, e estabelecer expressamente os poderes conferidos, e, excetuando-se aquelas outorgadas para fins judiciais, não terá prazo superior a 01 (um) ano. Parágrafo 4º - A Diretoria designará sempre, como responsáveis pela prestação de serviços da sociedade, profissionais habilitados na forma da legislação em vigor, aos quais competirá a execução, direção e fiscalização dos mesmos com plena autonomia técnica. Art. 18 - A remuneração dos Diretores será fixada global e anualmente pela Assembleia Geral, na forma do estatuto. Parágrafo Único - A verba individual para honorários “pro-labore”, assim como a de participação nos lucros da sociedade pelos Diretores será fixada por deliberação do Conselho de Administração, observado o disposto no artigo 25 deste estatuto. Art. 19 - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e as suas reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente, ou na ausência deste, por um dos Diretores Vice-Presidentes. Parágrafo 1º - As reuniões serão sempre convocadas pelo Diretor Presidente, sendo certo que na ausência deste, e em caso de necessidade, qualquer Diretor poderá fazê-lo. Parágrafo 2º - Para que possam ser instaladas e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria dos Diretores que, na ocasião, estiverem no exercício de seus cargos. Parágrafo 3º - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, devendo contar com o voto afirmativo do Diretor Presidente e tendo este o voto de qualidade no caso de empate. Art. 20 - Aos Diretores, na forma do artigo 17 deste estatuto, competem as seguintes atribuições: (i)gerir e executar os trabalhos e ações comerciais definidas pelo Conselho de Administração; (ii)elaborar, anualmente, o relatório de administração, o demonstrativo econômico-financeiro do exercício, bem como balancetes, se solicitados pelo Conselho de Administração; (iii)preparar e submeter ao Conselho de Administração planos de expansão e modernização da sociedade; (iv)submeter ao Conselho de Administração o Orçamento Básico e quaisquer outros especiais da sociedade, inclusive os reajustes conjunturais, no decurso dos exercícios anual e plurianual; (v)aprovar e modificar organogramas e regimentos internos da sociedade; (vi)elaborar o planejamento estratégico anual e suas atualizações; (vii)gerir e controlar os orçamentos, a apresentação de propostas comerciais, e a produção e contratos em andamento; (viii)implementar a política de marketing da sociedade; (ix)gerir os recursos humanos da sociedade; (x)implementar e manter o SGI - Sistema de Gestão Integrada; (xi)implementar a política de formação dos colaboradores da sociedade; (xii)apresentar propostas julgadas pertinentes para a análise do Conselho de Administração; (xiii)representar a sociedade perante terceiros, sejam pessoas naturais ou jurídicas, de direito público ou privado; (xiv)contratar empregados de qualquer natureza, fixando-lhes a remuneração correspondente, de acordo com a política de cargos e salários da empresa, deliberada pelo Conselho de Administração, e demiti-los, observadas as normas internas vigentes; (xv)receber importâncias, em cheque ou título nominativo, devidas à sociedade e dar quitação; (xvi)endossar cheques para depósito na conta da sociedade; (xvii)levantar caução em cheque ou título nominativo de qualquer espécie, dando quitação; (xviii)assinar propostas para participar em concorrências; e (xix)assinar quaisquer documentos que não se contiverem nas competências enumeradas neste artigo, necessários à operação da sociedade e cumprimento de seus objetivos sociais. **CAPÍTULO IV** - Da Assembleia Geral Art. 21 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, dentro dos quatro meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em lei e nos estatutos e, extraordinariamente sempre que os interesses da sociedade o exigirem. Parágrafo Único - A Assembleia Geral, convocada de acordo com a lei, será instalada e presidida pelo Diretor Presidente ou seu substituto em exercício, que escolherá, entre os acionistas presentes, o secretário. A convocação far-se-á ainda de acordo com o art.124 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. Art. 22 - Quando a Assembleia Geral tiver por objeto o aumento do capital social, o edital de convocação conterá o montante e características sumárias do aumento a ser proposto. Art. 23 - É facultado à sociedade suspender temporariamente os serviços de transferências, conversões e desdobramento de ações, não podendo fazê-lo, porém, por mais de 90 (noventa) dias consecutivos. Parágrafo 1º - A sociedade se obriga a colocar à disposição dos acionistas, as ações correspondentes ao aumento do capital mediante incorporação de reservas, correção monetária ou subscrição integral, depois de cumpridas as formalidades necessárias ao arquivamento da ata da Assembleia Geral que o tenha autorizado. **CAPÍTULO V** - Do Exercício Social Art. 24 - O exercício social terá início em 1º de janeiro de cada ano e terminará no dia 31 de dezembro seguinte, quando proceder-se-á ao levantamento do balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras com observância das prescrições legais. **CAPÍTULO VI** - Das Reservas, Dos Dividendos e da Participação dos Administradores Art. 25 - Ao final de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas em lei, submetendo-as ao Conselho de Administração, e este apresentará à Assembleia Geral, para aprovação, proposta sobre a integral destinação do lucro líquido do exercício que remanescer após as seguintes deduções ou acréscimos, realizados decrescentemente e nesta ordem: (i) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até esta atingir o equivalente a 20% (vinte por cento) do capital social; (ii) Uma importância suficiente para a distribuição de um dividendo de 6% (seis por cento) ao ano sobre o capital social até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro apurado; (iii) 10% (dez por cento) para gratificação global dos membros do Conselho de Administração da sociedade, do liquido remanescente do lucro apurado, depois de destacada a “reserva legal”; (iv) 15% (quinze por cento) para gratificação global do Diretor Presidente e Diretores Vice-Presidentes da sociedade, do liquido remanescente do lucro apurado, depois de destacada a “reserva legal”; (v) 1% (hum por cento) para gratificação individual de Diretores Adjuntos da sociedade, do liquido remanescente do lucro apurado, depois de destacada a “reserva legal”, a ser distribuído conforme for deliberado pela Assembleia Geral; (vii) O restante será colocado à disposição da Assembleia Geral, para que ela disponha como bem entender. Art. 26 - Os dividendos ou bonificações serão pagos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de sessenta dias da data em que for declarado, e em qualquer caso, dentro do exercício social. **CAPÍTULO VII** - Da liquidação Art. 27 - A sociedade entrará em liquidação nos casos e pelo modo estabelecido em lei. Parágrafo Único - Ressalvada a hipótese de liquidação judicial, a Assembleia Geral nomeará o liquidante e determinará o modo de liquidação da sociedade. **CAPÍTULO VIII** - Das disposições finais Art. 28 - Os casos omissos deste estatuto serão resolvidos de conformidade com a legislação vigente.

BNDES empresta R$ 200 milhões à Nexa para práticas sustentáveis

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinou contrato de financiamento no valor de R$ 200 milhões com a Nexa Recursos Minerais, de Minas Gerais, por meio do programa BNDES Crédito ASG, com condições vinculadas à melhoria de indicadores sociais e ambientais. A operação segue o conceito de linked-loan (empréstimo vinculado), em que as condições do financiamento podem melhorar de acordo com o cumprimento de contrapartidas de sustentabilidade pela companhia.

No caso da Nexa, que atua no setor de mineração e metalurgia, foi estabelecido, por exemplo, que a empresa deve obter o selo ouro no padrão internacional GHG Protocol, utilizado pelas empresas para divulgação de suas emissões de gás de efeito estufa.

Para alcançar esta certificação, a Nexa deverá cumprir o ciclo de participação e publicar seu inventário de emissões de escopo 1 e 2 (respectivamente, aquelas decorrentes da atividade da empresa e de seu consumo de energia) no Registro Público de Emissões, plataforma desenvolvida pelo Programa Brasileiro GHG Protocol com verificação feita por órgão acreditado pelo Inmetro.

Entre as contrapartidas pactuadas com o banco, estão ainda a elaboração de uma política de responsabilidade socioambiental que contemple a política de investimento social com foco em educação e diversidade, a publicação de relatório de sustentabilidade e a obtenção de uma certificação em responsabilidade social para unidade da Nexa localizada em Três Marias (MG).

CONCREMAT engenharia e serviços | Uma empresa do grupo 中国交建 China Communications Construction

CONCREMAT ENGENHARIA E SERVIÇOS S.A.

CNPJ: 37.249.350/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em reais mil)

	2023	2022
ATIVO		
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	312	2
Clientes	10.157	699
Impostos a compensar	2.335	11
Adiantamentos	541	22
Total do Ativo Circulante	**13.345**	**734**
NÃO CIRCULANTE		
Partes relacionadas	48.827	–
Outros créditos	1	–
Imobilizado	2.230	–
Total do Ativo Não Circulante	**51.058**	**–**
TOTAL DO ATIVO	**64.403**	**734**

	2023	2022
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	3.871	122
Obrigações tributárias	8.636	67
Salários e encargos socias a pagar	35.977	305
Parcelamento de tributos	998	–
Dividendos a pagar	9.702	–
Adiantamentos recebidos	–	100
Total do Passivo Circulante	**59.184**	**594**
NÃO CIRCULANTE		
Parcelamento de tributos	3.659	–
Total do Passivo não Circulante	**3.659**	**–**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	1.300	1.300
Reserva de lucros	260	–
Lucro (Prejuízo) acumulado	–	(1.160)
Total do Patrimônio Líquido	**1.560**	**140**
TOTAL DO PASSIVO	**64.403**	**734**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO– EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em reais mil)

	Capital Social	Reserva legal	Lucro (Prejuízo) acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2022	**1.300**	**–**	**(1.160)**	**140**
Constituição de reservas	–	260	(260)	–
Lucro líquido do exercício	–	–	11.122	11.122
Distribuição de lucros	–	–	(9.702)	(9.702)
Em 31 de dezembro de 2023	**1.300**	**260**	**–**	**1.560**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em reais mil)

	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**187.843**	**710**
Dedução de receita	(29.066)	(61)
RECEITA LÍQUIDA	**158.777**	**649**
Custo dos Serviços Prestados	(132.994)	(557)
LUCRO BRUTO	**25.783**	**92**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Honorários da diretoria	(708)	–
Despesas com pessoal	(3.392)	–
Despesas gerais e serviços	(3.461)	(5)
Despesas de depreciação e amortização	(185)	–
Outras receitas operacionais	5	–
	(7.741)	**(5)**
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**18.042**	**87**
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	1.788	–
Despesas financeiras	(3.656)	–
Resultado Financeiro Líquido	**(1.868)**	**–**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	**16.174**	**87**
Imposto de renda sobre o lucro corrente	(3.708)	(12)
Contribuição social sobre o lucro corrente	(1.344)	(7)
Imposto de renda e contribuição social	**(5.052)**	**(19)**
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**11.122**	**68**
Lucro Líquido (Prejuízo) por ação–Básico e Diluído (em R$)	8,56	0,05

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA–EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em reais mil)

	2023	2022
Das atividades operacionais:		
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	**11.122**	**68**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas		
. Depreciação e amortização	576	–
. Baixa líquida do imobilizado	14	–
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício ajustado	**11.712**	**68**
(Aumento) Redução nos ativos operacionais		
. Clientes	(9.458)	(699)
. Impostos a compensar	(2.324)	(11)
. Adiantamentos a fornecedores e empregados	(518)	(22)
. Outros créditos	(2)	–
. Transação com partes relacionadas	(48.827)	–
Aumento (Redução) nos passivos operacionais		
. Fornecedores	3.748	122
. Impostos e contribuições a recolher	8.569	67
. Adiantamentos de clientes	(100)	100
. Salários e encargos sociais a pagar	35.672	305
. Parcelamento de tributos	4.657	–
. Outros passivos	(9.702)	68
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**(6.573)**	**(2)**
Das atividades de investimentos:		
. Aquisição de imobilizado	(2.732)	–
. Aquisição de intangível	(87)	–
	(2.819)	**–**
Das atividades de financiamentos:		
. Aumento (redução) em dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	9.702	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	**9.702**	**–**
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**310**	**(2)**
DISPONIBILIDADES		
Saldo inicial	2	4
Saldo final	312	2
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**310**	**(2)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em reais mil)

1. As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração da Sociedade e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e aprovadas através da emissão de Normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 2. A empresa em 2023 apurou seu resultado com base no lucro real. 3. A receita compreende o valor presente pela prestação de serviços. A receita é reconhecida quando da prestação de serviços, os quais são medidos com bases mensais. Assim, a sociedade entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente. As receitas operacionais são tributadas pelo regime de competência. 4. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Sociedade é de R$ 1.300 milhão divididos em 1.300 (um milhão e trezentos mil de ações ordinárias).

Presidente Executivo:* Marcio Alexandrino Brasileiro - *CPF: 650.137.786-20; Contador:* Márcia Rossana Melo Soares - *CRC-RJ: 086241/O-2

Hospital Santa Helena S.A.

CNPJ/MF nº 06.033.403/0001-13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a administração do **Hospital Santa Helena S.A.**, submete à apreciação dos senhores as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Nossa operação consiste em oferecer ao mercado a prestação de serviços médico-hospitalares, exames de diagnósticos, terapias, análises clínicas, congêneres e atividades afins.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**26.317**	**17.915**	**Circulante**	**22.668**	**19.728**
Caixa e equivalentes de caixa	3.000	2.675	Fornecedores	8.139	7.306
Contas a receber	14.482	10.553	Obrigações com pessoal	9.207	7.997
Estoques	3.089	3.132	Tributos CP	5.322	4.416
Créditos tributários	4.320	1.172	Outros débitos CP	-	9
Adiantamentos a funcionários e fornecedores	399	285	**Não circulante**	**5.539**	**8.223**
Outros Créditos	1.027	98	Provisão para riscos judiciais	5.539	8.223
Não circulante	**40.092**	**38.289**	**Patrimônio líquido**	**38.202**	**28.253**
Depósitos judiciais	2.277	2.388	Capital social	136.419	90.779
Imobilizado	37.794	35.701	Prejuízos acumulados	(103.057)	(73.456)
Intangível	21	200	Adiantamento para futuro aumento de capital	4.840	10.930
Total do ativo	**66.409**	**56.204**	**TOTAL DO PASSIVO**	**66.409**	**56.204**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos Acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**50.629**	**(36.829)**	**21.250**	**35.050**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	29.830	29.830
Aumento de capital	40.150	-	(40.150)	-
Prejuízo líquido do exercício	-	(36.627)	-	(36.627)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**90.779**	**(73.456)**	**10.930**	**28.253**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	39.550	39.550
Aumento de capital	45.640	-	(45.640)	-
Prejuízo líquido do exercício	-	(29.601)	-	(29.601)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**136.419**	**(103.057)**	**4.840**	**38.202**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

1. Contexto operacional

O Hospital Santa Helena S.A. ("Companhia") tem por objeto social a prestação de serviços médico-hospitalares, exames de diagnósticos, terapias, análises clínicas, congêneres e atividades afins.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As presentes demonstrações contábeis, que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 22 de abril de 2024. As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS"), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com o modelo de publicação estabelecido pela Resolução Normativa ANS nº 528/22, de acordo com as práticas e políticas contábeis da controladora da Companhia, Amil Assistência Médica Internacional S.A.

DIRETORIA

Erick Brunno Augusto
Diretor Presidente

Edvaldo Santiago Vieira
Diretor Vice Presidente

Marcelo Alexandre Piccione
Diretor

CONTADORA

Maria Lúcia Guilherme de Brito
CRC RJ-088050/O-S-SP

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	146.868	135.101
Custo dos serviços prestados	(185.376)	(169.732)
Resultado bruto	**(38.508)**	**(34.631)**
Despesas administrativas	1.432	(2.968)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.095	819
Resultado financeiro líquido	1.380	153
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	**(29.601)**	**(36.627)**
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Resultado do exercício	**(29.601)**	**(36.627)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	(29.601)	(36.627)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado do exercício	**(29.601)**	**(36.627)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos e contribuições	**(29.601)**	**(36.627)**
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	3.513	3.542
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40	110
Provisão para riscos judiciais	(2.683)	1.685
	(28.731)	**(31.290)**
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber	(3.969)	2.333
Estoques	43	1.543
Créditos tributários	(3.148)	90
Depósitos judiciais	111	(287)
Outros créditos	(1.044)	(42)
Obrigações com pessoal	1.210	846
Fornecedores	833	(129)
Tributos	906	23
Outros débitos	(9)	2
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(33.798)**	**(26.911)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adição de imobilizado	(5.427)	(2.658)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(5.427)**	**(2.658)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Recursos para aumento de capital	39.550	29.830
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**39.550**	**29.830**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**325**	**261**
Saldos do caixa e equivalentes de caixa		
Início do exercício	2.675	2.414
Final do exercício	3.000	2.675
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**325**	**261**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAFÉ FAVORITO S/A

CNPJ Nº 32.493.603/0001-69

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas: em cumprimento ao que determina a Lei das S/A e na conformidade das determinações estatutárias vimos submeter à apreciação e aprovação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31/12/2023. **A Diretoria.**

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2023 (Em milhares de reais)

	2023	2022
ATIVO	**21.374**	**19.999**
Circulante	**19.148**	**17.078**
Caixa e equivalentes de caixa	4.649	4.207
Realizável Curto Prazo	14.499	12.871
Ativo Não Circulante	**1.291**	**1.291**
Realizável Longo Prazo	1.291	1.291
Ativo Imobilizado	**935**	**1.630**
Imobilizado	935	1.630
PASSIVO	**21.374**	**19.999**
Circulante	**710**	**1.635**
Fornecedores	343	1.327
Obrigações Tributárias	299	257
Obrigações Trabalhistas	68	51
Passivo Não Circulante	**6.082**	**6.216**
Patrimônio Líquido	**14.582**	**12.148**
Capital Social	1.500	1.500
Reserva de Capital	341	341
Lucros Acumulados	12.741	10.307

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL: Café Favorito S/A, tem como atividade preponderante a torrefação e moagem de café, cuja comercialização é voltada para o comércio atacadista e varejista. **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis do exercício findo em **31/12/2023** foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a Lei nº 6.404/76. **3.** As receitas e despesas são recolhidas pelo regime de competência. **4.** O imobilizado está registrado ao custo de aquisição. **5.** A depreciação é calculada pelo método linear. **6.** O Capital Social de **R$ 1.500.000,00 (Um milhão e quinhentos mil reais),** representado por **70.000 (Setenta mil)** ações ordinárias nominativas no valor de R$ 27,43 (Vinte e sete reais e quarenta e três centavos).

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Receita Bruta de Venda	**55.176**	**60.864**
Dedução de Vendas	4.219	4.547
Receita Líquida de Vendas	**50.957**	**56.317**
Custo do Produtos Vendidos	35.983	45.706
Lucro Bruto Operacional	**14.974**	**10.611**
Despesas com Vendas	3.236	3.239
Despesas Administrativas	4.230	3.554
Despesas Tributárias	40	28
Despesas Financeiras	119	157
Receita Financeira	285	363
Lucro Operacional	**7.634**	**3.996**
Receita não Operacional	21	1.388
Despesa não Operacional	0,00	0,00
Resultado antes Provisões	**7.655**	**5.384**
Provisão para Contribuição Social	610	671
Provisão para Imposto de Renda	1.115	1.234
Lucro Líquido do Exercício	**5.930**	**3.479**

DEMONSTRAÇÃO DE LUCRO OU PREJUÍZO ACUMULADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Saldo Final do Período	**12.741**	**10.307**
Lucros Acumulados	10.311	11.457
Lucro ou Prejuízo do Exercício	5.930	3.479
Ajuste Devedores	-	(779)
Lucros Distribuídos Pagos	(3.500)	(3.850)

Andréia Guedes de Oliveira
Presidente

David de Paula Vieira
Contador - CRC/RJ 55.100/O-9
CPF 723.386.877-87

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	2023	2022
Fluxo de Caixa	4.649	4.207
Lucro Líquido	5.930	3.479
(-) Aumento de Estoque	(277)	(39)
(+) Depreciação	676	253
(-) Aumento de cliente	(880)	1.729
(+) Pagamento a Funcionário	17	(26)
(+) Contas a Pagar	(1)	0,00
(+) Pagamento de Impostos e Tributos	42	(224)
(+) Aumento do Fornecedor	(984)	1.216
(+) Diminuição de Despesas Antecipadas	158	(32)
(+) Impostos a Recuperar	(757)	(1.446)
(-) Adiantamento/Créditos	-	(2.126)
(=) Fluxo de Caixa Operacional Líquido	**3.924**	**2.784**
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(+) Recebimento por Venda de Imobilizado	18	18
(-) Aquisição de Ativo Permanente	-	(127)
(+) Recebimento de Dividendos	-	1.350
(-) Investimento (venda farao)	-	130
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) Atividades de Investimento	**18**	**1.371**
DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
(+) Novos Empréstimos	-	-
(-) Amortização de Empréstimos	-	-
(+) Emissão de Debêntures	-	-
(-) Pagamento de Dividendos	(3.500)	(3.850)
(-) Ajuste de Devedores	-	-
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) Atividades de financiamento	**(3.500)**	**(3.850)**
RESULTADO - CAIXA GERADO OU CONSUMIDO		
(=) Aumento/Diminuição das Disponibilidades	**442**	**305**
DISPONIBILIDADE - no início do período	4.207	3.902
DISPONIBILIDADE - no final do período	4.649	4.207

COI - Clínicas Oncológicas Integradas S.A.

CNPJ/MF nº 39.086.160/0001-30

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, nos termos das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2024.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022 (Reclassificado)	Passivo	31/12/2023	31/12/2022 (Reclassificado)
Circulante	**257.662**	**223.783**	**Circulante**	**105.216**	**108.218**
Caixa e equivalentes de caixa	82.544	24.380	Fornecedores	44.538	67.043
Contas a receber	132.967	139.097	Obrigações com pessoal	6.675	6.029
Estoques	29.684	36.566	Tributos a recolher	8.682	6.418
Créditos tributários	3.441	3.908	Arrendamentos	6.319	8.832
IRPJ e CSLL correntes	7.875	19.110	Outros débitos	2.835	3.299
Outros créditos	1.151	722	Investimentos a liquidar	3.581	3.168
Não circulante	**250.894**	**287.301**	Dividendos a pagar	32.586	13.429
IRPJ e CSLL diferidos	45.805	56.376	**Não circulante**	**39.785**	**49.130**
Outros créditos	204	193	Provisão para riscos judiciais	40	43
Investimentos	126.560	135.881	Investimentos a liquidar	4.625	7.834
Imobilizado	78.115	92.559	Arrendamentos	34.027	40.058
Intangível	210	2.292	Outros débitos	1.093	1.195
			Patrimônio líquido	**363.555**	**353.736**
			Capital social	310.766	340.616
			Reserva legal	3.644	195
			Reserva de lucros	49.145	2.775
			Adiantamento para futuro aumento de capital	-	10.150
Total do ativo	**508.556**	**511.084**	**Total do passivo**	**508.556**	**511.084**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**207.526**	**-**	**-**	**(16.464)**	**48.550**	**239.612**
Recursos para aumento de capital	-	-	-	-	94.690	94.690
Aumento de capital	133.090	-	-	-	(133.090)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.359	-	20.359
Constituição da reserva legal	-	195	-	(195)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(925)	-	(925)
Constituição de reserva de lucros	-	-	2.775	(2.775)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**340.616**	**195**	**2.775**	**-**	**10.150**	**353.736**
Recursos para aumento de capital	10.150	-	-	-	(10.150)	-
Aumento de capital	(40.000)	-	-	-	-	(40.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	68.976	-	68.976
Constituição da reserva legal	-	3.449	-	(3.449)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	(2.775)	(16.382)	-	(19.157)
Constituição de reserva de lucros	-	-	49.145	(49.145)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**310.766**	**3.644**	**49.145**	**-**	**-**	**363.555**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022.

1. Contexto Operacional. A COI Clínicas Oncológicas Integradas S.A. ("COI Clínicas" ou "Sociedade") tem sede na Avenida das Américas, 6205, loja E, salas 208 e 302, Barra da Tijuca, na cidade e estado do Rio de Janeiro, e tem por finalidade a prestação de serviços médicos relacionados ao tratamento oncológico, incluindo serviços de atendimento domiciliar. **2. Apresentação das demonstrações contábeis.** As demonstrações contábeis da Sociedade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são apresentadas em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma, e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Diretor Superintendente: José Emílio Duran Bueno
Diretor: Fernando Meton de Alencar Camara Vieira

CONTADOR

Maria Lucia Guilherme de Brito
CRC RJ-088050/O

As demonstrações contábeis foram auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes e encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	606.323	490.028
Custos dos serviços prestados	(516.464)	(475.142)
Resultado bruto	**89.859**	**14.886**
Despesas administrativas	(330)	(88)
Outras despesas operacionais, líquidas	7.658	(12.488)
Resultado de equivalência patrimonial	5.679	8.981
Resultado financeiro, líquido	(637)	(6.335)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**102.229**	**4.956**
Imposto de renda e contribuição social	(33.253)	15.403
Lucro líquido do exercício	**68.976**	**20.359**
Lucro básico e diluído por ação - em (R$)	**0,42**	**0,11**
Número de ações (mil)	**165.483**	**178.713**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.)

	31/12/2023	31/12/2022 (Reclassificado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**102.229**	**4.956**
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa e equivalentes de caixa aplicados pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	18.933	22.591
Provisão para perdas sobre contas a receber	(3.541)	5.405
Provisão para perda sobre outros créditos	-	(16)
Resultado de equivalência patrimonial	(5.679)	(8.981)
Impairment e baixas de intangível	-	2.721
Provisão perdas s/ estoques	705	(705)
Juros sobre arrendamento	5.559	6.592
Outros	3.802	442
	122.008	**33.005**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	8.448	(95.248)
Estoques	6.177	(9.689)
Créditos tributários	(7.773)	(4.921)
Outros créditos	(440)	(301)
Fornecedores	(22.505)	21.436
Obrigações com pessoal	646	760
Tributos	2.264	2.159
IRPJ e CSLL pagos	(3.206)	-
Investimentos a liquidar	(2.796)	79
Outros débitos	(2.596)	154
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	**100.227**	**(52.566)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adição de ativo imobilizado	(3.141)	(4.396)
Adição de ativo intangível	-	(30)
Redução de capital em controladas	11.477	-
Dividendos recebidos	3.523	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento	**11.859**	**(4.426)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	(40.000)	94.690
Arrendamentos	(13.922)	(16.230)
Caixa líquido aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	**(53.922)**	**78.460**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**58.164**	**21.468**
Saldos do caixa e equivalentes de caixa		
Início do exercício	24.380	2.912
Final do exercício	82.544	24.380
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**58.164**	**21.468**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Febraban apoia programa do governo para micros

As medidas de crédito anunciadas nesta segunda-feira pelo governo para micro e pequenas empresas – compostas pelo Desenrola Pequenos Negócios, ProCred 360 e novo Pronampe - foram apoiadas pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban). O ProCred 360, por exemplo, possibilitará a inclusão de microempreendedores individuais (MEI) que faturem anualmente até R$ 360 mil, que segundo o IBGE somam mais de 13,2 milhões de pessoas. Esse número equivale a quase 70% do total de empresas do nosso país.

A Federação disse que as medidas chegam em um momento oportuno e se alinham a plataformas consolidadas que os bancos já operam, permitindo injeção de mais recursos para as empresas em situação vulnerável.

O quadro associativo da Febraban reúne 119 instituições financeiras associadas de um universo de 155 em operação no Brasil, as quais representam 98% dos ativos totais e 97% do patrimônio líquido das instituições bancárias brasileiras.

"Voltadas para a renegociação de dívidas e para crédito subsidiado orientado para os Microempreendedores Individuais (MEI), as medidas são importantes instrumentos para manter estímulo à recuperação da economia", expressou em nota a Federação.

Além disso, para atender ao contingente de empresas que carecem de oportunidades para renegociarem as suas dívidas, ao mesmo tempo que precisam obter recursos para manterem suas atividades em funcionamento, o Desenrola Pequenos Negócios possibilitará a renegociação de dívidas de empresas de micro e pequeno porte que faturem até R$ 4,8 milhões anuais.

O maior acesso para as empresas a uma linha de crédito já testada, fácil e de rápida contratação, que possui taxas acessíveis e longo prazo para pagamento, como o Pronampe, contribuirá para solidificar a posição de micro e pequenas empresas em seus setores de atuação. Ainda, ela garante a existência das atividades desses microempreendedores e até mesmo poderá ajudar a expandi-las.

Âncora

O anúncio desses programas de concessão de crédito e de renegociação de dívidas para segmentos empresariais de menor porte, com recursos mais acessíveis e prazo mais longos, possibilitará a redução dos impactos negativos para micro e pequenas empresas em situação mais delicada.

Também presentes no Desenrola Pequenos Negócios, anunciado pelo Governo, os bancos ainda ajudaram a construir o Desenrola para as famílias, em duas faixas (1: débitos não bancários e 2: bancários).

O Desenrola Brasil, de acordo com dados divulgados pelo governo, com a ajuda direta dos bancos, já beneficiou 14 milhões brasileiros e possibilitou a renegociação de aproximadamente R$ 50 bilhões em dívidas.

"Reiterando o compromisso dos bancos com a iniciativa, dentro das mudanças e evoluções efetuadas, destacamos a possibilidade de os clientes acessarem diretamente os canais oficiais dos bancos parceiros para renegociarem as suas dívidas, como alternativa à plataforma do Programa Desenrola PF", destacou a nota da Federação que acrescentou a parceria com os Correios como ponto focal para renegociação de dívidas.

A extensão do Programa até o dia 20 de maio deste ano, aliada às evoluções em processos implementadas na plataforma, possibilitará que mais pessoas possam conhecer e acessar o Desenrola PF para renegociar suas dívidas, o que contribuirá para uma retomada mais robusta do ciclo econômico.

NOVA XP CONTROLE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 25.175.002/0001-42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Acionistas e Administradores da Nova XP Controle Participações S.A. - Rio de Janeiro - RJ. Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas, referidas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, elaboradas segundo a Lei das Sociedades Anônimas e normas contábeis vigentes.

Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024. **A Diretoria**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	2023	2022
Disponibilidades		**16**	**18**
Ativos financeiros		**921**	**864**
Valor justo por meio do resultado		**921**	**864**
Títulos e valores mobiliários	5	921	864
Outros ativos		**163**	**142**
Impostos e contribuições a compensar	6	163	142
Total do ativo		**1.100**	**1.024**

Passivo	Nota	2023	2022
Passivos financeiros		**34**	**34**
Avaliados ao custo amortizado		**34**	**34**
Fornecedores		34	34
Outros passivos		**206**	**206**
Obrigações sociais e estatutárias		206	206
Total do passivo		**240**	**240**
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	8	**860**	**784**
Capital social		500	500
Reserva de lucros		360	284
Total do patrimônio líquido		**860**	**784**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.100**	**1.024**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2023	2022
Resultado com instrumentos financeiros		105	92
Receitas operacionais líquidas		**105**	**92**
Despesas com vendas		(7)	(7)
Outras despesas administrativas	9	(6)	(2)
Outras receitas e despesas operacionais	9	8	23
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**100**	**106**
Imposto de renda e contribuição social	7	(24)	(26)
Lucro líquido do período		**76**	**80**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**500**	**100**	**104**	**–**	**704**
Resultados abrangentes					
Lucro/(Prejuízo) do exercício	–	–	–	80	80
Destinações ao lucro/(prejuízo) líquido					
Reservas	–	–	80	(80)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**500**	**100**	**184**	**–**	**784**
Resultados abrangentes					
Lucro/(Prejuízo) do exercício	–	–	–	76	76
Destinações ao lucro/(prejuízo)					
Reservas	–	4	72	(76)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**500**	**104**	**256**	**–**	**860**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro	100	106
Variação dos ativos e passivos operacionais	**(45)**	**(45)**
Impostos e contribuições a compensar	(21)	(8)
Créditos tributários	(24)	(21)
Fornecedores	–	(16)
Caixa líquido proveniente das/(utilizado nas) atividades operacionais	**55**	**61**
Aumento em caixa e equivalentes	**55**	**61**
Caixa e equivalentes no início do período	882	821
Caixa e equivalentes no final do período	937	882
Disponibilidades	16	18
Certificado de depósito bancário	921	864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Nova XP Controle Participações S.A. ("Companhia" ou "Nova XP Controle") tem sua sede localizada na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 153, sala 201, Leblon, CEP 22440-032, Rio de Janeiro - Brasil. A Nova XP Controle tem como objeto social a participação em sociedades, consórcios, e/ou empreendimentos de qualquer natureza. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 19 de abril de 2024. **2. Base de elaboração das demonstrações financeiras: (a) Base de preparação:** Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos investimentos em instrumentos patrimoniais que foram mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo. As informações que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou informações nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais ("R$") e todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **(b) Adoção de novas normas e interpretações:** Novas normas e interpretações contábeis que não são obrigatórias para o período de relatório de 31 de dezembro de 2023 foram publicadas e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. Não se espera que estas normas tenham um impacto material sobre a Companhia nos períodos de relatório atuais ou futuros, e sobre transações futuras previsíveis. **3. Resumo das principais políticas contábeis: (a) Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa não está sujeito a um risco significativo de mudança de valor e é mantido com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins. As transações são consideradas de curto prazo quando têm vencimentos em três meses ou menos à partir da data de aquisição. Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa referem-se a certificados de depósito bancário mensurados ao valor justo por meio do resultado que são prontamente conversíveis em um montante conhecido e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor. **(b) Instrumentos financeiros ativos e passivos:** i. Mensuração: Ativos e passivos financeiros são incialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, e classificados conforme as categorias abaixo: • Custo Amortizado; • Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA"); • Valor Justo por meio do Resultado ("VJR"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado: • O ativo financeiro é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos para receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor do principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), caso atenda às seguintes condições e não seja designado ao valor justo por meio do resultado (VJR): • O ativo é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais e pela venda de ativos financeiros; e • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os instrumentos patrimoniais são aqueles que atendem à definição de patrimônio líquido do ponto de vista do emissor, ou seja, instrumentos que não contenham uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciem um interesse residual no patrimônio líquido do emissor. São exemplos os instrumentos de capital que incluem ações ordinárias. Os instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Com relação aos dividendos, quando representam um retorno sobre tais investimentos, continuam a ser reconhecidos no resultado como outros rendimentos quando a Companhia possui o direito de receber pagamentos. ii. Avaliação do modelo de negócio: A Companhia avalia o objetivo de seus modelos de negócio, nos quais os ativos são mantidos em nível de portfólio para avaliar como o negócio é administrado e informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas compreendem: - Políticas e objetivos definidos para a carteira e a aplicação dessas políticas na prática. Com destaque sobre, se a estratégia da Administração está focada em auferir receitas de juros contratuais, manter um perfil específico de taxa de juros ou adequar a duração dos ativos; - Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; - Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e os ativos financeiros mantidos dentro daquele modelo de negócios) e como esses riscos são administrados; - Como os gestores do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração está relacionada ao valor justo dos ativos ou dos fluxos de caixa contratuais recebidos; - A frequência, o volume e o momento das vendas em períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre as vendas futuras. As informações sobre a atividade de vendas não são consideradas isoladamente, mas como parte de uma avaliação geral de como o objetivo definido pela Companhia para administrar os ativos financeiros. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou administrados, cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, são mensurados ao valor justo por meio do resultado, pois não são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais. iii. Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros: Para fins desta avaliação, define-se "principal" como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Define-se "juros" como a contraprestação para o valor da moeda no tempo e para o risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um período específico e para outros riscos e custos básicos dos ativos financeiros (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como para a margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia alterar o prazo ou valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atenderia esta condição. Ao realizar a avaliação, a Companhia considera: - Eventos contingentes que alterariam o valor e prazo dos fluxos de caixa; - Alavancagem; - Prazos de pagamento antecipado e extensão; - Termos que limitem o direito da Companhia aos fluxos de caixa de ativos; e - Recursos que modifiquem a contraprestação do valor da moeda no tempo, por exemplo, reajuste periódico das taxas de juros. **(c) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é calculado sobre prejuízos fiscais, base negativa de Contribuição Social e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão baixados na medida em que sua realização não seja mais provável. **4. Determinação do valor justo:** A Companhia avalia instrumentos financeiros, tais como investimentos financeiros e derivativos, pelo valor justo no final do período de cada demonstração financeira. Nível 1: O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado, cotados nestes mercados. Os instrumentos financeiros incluídos como nível 1 consistem principalmente em instrumentos financeiros representantes da dívida pública do Brasil e instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (ou seja, bolsas de valores). Nível 2: O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado utilizando técnicas de avaliação, que basicamente fazem o uso de dados observáveis de mercado. Se todos os dados significativos exigidos para determinação do valor justo do ativo ou passivo financeiro forem observáveis direta ou indiretamente, o instrumento é incluído no nível 2. Os instrumentos financeiros classificados como nível 2 são compostos principalmente por instrumentos financeiros emitidos por entidades privadas e instrumentos financeiros negociados em mercado secundário. Nível 3: Se um ou mais insumos significativos não forem observáveis, o instrumento é incluído no nível 3. É o caso dos títulos representativos de patrimônio líquido não listados. Os valores justos foram avaliados para fins de mensuração com base nos métodos abaixo. **(a) Disponibilidades:** O valor justo de disponibilidades se aproxima substancialmente do seu valor contábil. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo de disponibilidades é de R$ 16 (R$ 18 em 31 de dezembro de 2022). **(b) Ativos financeiros:** O valor justo dos títulos e valores mobiliários reflete o seu valor contábil. Em 31 de dezembro de 2023, o valor justo de títulos e valores mobiliários é de R$ 921 (R$ 864 em 31 de dezembro de 2022).

5. Títulos e valores mobiliários

	2023 Custo	2023 Valor Justo	2022 Custo	2022 Valor Justo
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado	**921**	**921**	**864**	**864**
Certificados de Depósitos Bancários [a]	921	921	864	864
Total	**921**	**921**	**864**	**864**

(a) Em 31 de dezembro de 2023, Certificados de Depósitos Bancários no valor de R$ 921 (R$ 864 em 2022) estão sendo apresentados como equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa.

6. Impostos e contribuições a compensar	2023	2022
Provisão de IRPJ/CSLL	143	122
Antecipação de IRPJ/CSLL	20	20
Total	**163**	**142**

7. Imposto de renda e contribuição social

A Nova XP Controle apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real, regime em que o imposto de renda é apurado com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$ 240. A contribuição social é apurada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

	2023 %	2023	2022 %	2022
Resultado antes dos impostos	**%**	**100**	**%**	**106**
Imposto utilizando a alíquota de imposto aplicável	34,00	(34)	34,00	(36)
Efeito adicional de Imposto de Renda		10		10
Imposto de renda e contribuição social	**24**	**(24)**	**24,53**	**(26)**

8. Patrimônio líquido: Capital social e reserva de capital: Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Nova XP Controle, totalmente subscrito e integralizado, era de R$ 500 (R$ 500 em 31 de dezembro de 2022) dividido em 1.024.360 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 868.808 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal (1.024.360 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 868.808 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2022). **(a) Reservas de lucros:** A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado no exercício. A reserva estatutária é constituída pelo saldo remanescente do lucro líquido apurado no balanço após as destinações legais. **(b) Distribuição de lucros:** De acordo com o estatuto social da Companhia é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do lucro líquido do período após as destinações específicas. O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado a Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado. Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 25% do lucro líquido do exercício, após as destinações específicas. Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido, verificado após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberadas pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser integralmente destinado à Reserva de Lucros Estatutária, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das atividades da Companhia conforme previsto no Art. 202 da lei nº 6.404/76 § 4º, § 5º e § 6º até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado. Em 31 de dezembro de 2023, consultado o acionista controlador, a Administração não propôs à Assembleia de acionistas a distribuição de dividendo.

DIRETORIA

Guilherme Dias Fernandes Benchimol - Diretor
Fabrício Cunha de Almeida - Diretor
Jairo Luiz de Araújo Brito *- Contador - CRC RJ-110743/O-4*
Rogerio Bessa Júnior *- Contador - CRC SP-298461/O-6*

CNPJ/MF nº 30.770.184/0001-30

INDÚSTRIAS GRANFINO S.A.

ANÁLISE DO BALANÇO SOCIAL 2023

O Balanço Social, realizado em conformidade com o modelo proposto pelo IBASE, mostra que as Indústrias Granfino SA, mesmo num período de instabilidade econômica, conseguiram alçar um crescimento econômico no período de 2023. Sua receita líquida ficou no patamar de 344 milhões de reais, o que possibilitou a obtenção de um lucro (resultado operacional), no período em questão, de 30 milhões. Mesmo procurando realizar estratégias de gestão econômica, a Granfino não deixou de cumprir suas obrigações tributárias e trabalhistas. O Balanço Social mostra que a empresa destinou cerca de 40 milhões de reais para a sua folha de pagamento, o que equivale a um aumento de 8% em comparação com a folha de pagamento do ano de 2022. Com relação aos investimentos internos, a Granfino investiu 15% a mais do que foi investido em 2022. O aumento se encontra nos indicadores de alimentação, saúde no trabalho, seguro de vida, confraternizações, encargos sociais compulsórios e outros. Contudo, nos indicadores de educação e Capacitação/Desenvolvimento Profissional houve um aumento significativo de investimentos em comparação com 2022. Concernente aos Indicadores Sociais Externos, que medem a contribuição da empresa para o Estado e para a manutenção de projetos sociais, o repasse de valor monetário foi superior ao do período anterior em mais de 13%. Estes indicadores mostram que a empresa destinou para eventos, saúde e saneamento, esporte e para doações às instituições sociais, especialmente destinados à segurança alimentar. Para o Estado, a empresa, em cumprimento às obrigações tributárias, destinou mais de 60 milhões de reais. Com relação aos Indicadores Ambientais, os investimentos sofreram um aumento de 5%, alcançando o valor de 122 mil reais. Os indicadores do corpo funcional não revelam grandes mudanças em comparação ao período passado. É de se ressaltar que houve uma pequena redução no quadro de funcionários. Antes era de 543 e, agora, é de 525. Houve um aumento importante no número de trabalhadores terceirizados, passando de 57 para 79. No mais, os outros indicadores do corpo funcional mostram que a empresa mantém o cumprimento legal da cota de 4% de empregabilidade de pessoas com deficiência e a promoção da diversidade étnica e de gênero. Deve-se dar destaque também ao fato de que durante o período de 2023 houve apenas quatro afastamentos por causa de acidentes de trabalho, o que revela que o setor de Segurança no Trabalho tem se empenhado para a implementação da segurança laboral. Enfim, o Balanço Social 2023 mostra, portanto, que a Granfino continua, mesmo em meio à situação econômica nacional desfavorável ao mercado, tentando crescer economicamente sem se descuidar de seus compromissos com o corpo funcional, o meio ambiente, o Estado e a comunidade de seu entorno. Isso mostra que a empresa continua, em sua estratégia de negócios, efetivando a responsabilidade social em seus âmbitos econômico, social e ambiental. Nova Iguaçu, 18 de abril de 2024.

Rosana Vicente - Núcleo de Responsabilidade Social

BALANÇO SOCIAL ANUAL / 2023 - INDÚSTRIAS GRANFINO S/A

1 - Base de Cálculo	2023 Valor (Reais)	2022 Valor (Mil reais)
Receita líquida (RL)	**344.143.230,15**	322.377
Resultado operacional (RO)	**30.511.916,95**	24.724
Folha de pagamento bruta (FPB)	**40.406.939,88**	37.634

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação (Restaurante interno, ticket refeição e cesta básica)	**1.159.779,84**	2,87%	0,34%	926	2,5%	0,29%
Encargos sociais compulsórios	**11.870.133,40**	29,4%	3,45%	10.708	28,5%	3,32%
Previdência Privada (Não é contemplada pela Empresa)	**-**	0%	0%	0	0%	0%
Saúde (consultas e exames médicos, medicamentos, cirurgias...)	**640.200,27**	1,58%	0,19%	619	1,6%	0,2%
Segurança e Saúde no Trabalho (Ginástica Laboral, cursos...)	**162.563,10**	0,40%	0,05%	192	0,5%	0,1%
Educação (Cursos técnicos, Graduação e Pós-Graduação)	**40.785,40**	0,10%	0,01%	26	0,1%	0,0%
Cultura (Escola de Música, Aulas de Canto e Coral)	**-**	0,0%	0,00%	0	0,0%	0,00%
Capacitação e Desenvolvimento Profissional (cursos variados)	**34.398,30**	0,1%	0,01%	3	0%	0%
Creches ou Auxílio Creches (A Empresa não adota este benefício)	**-**	0%	0%	0	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	**1.727.775,98**	4,3%	0,50%	881	2,3%	0,27%
Outros: Seguro de vida, vale transporte, lazer, confraternizações...	**817.645,03**	2,02%	0,24%	691	1,8%	0,21%
Total - Indicadores sociais internos	**16.453.281,32**	**40,7%**	**4,8%**	**14.050**	**37,3%**	**4,4%**

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação (Apoio a eventos e projetos educativos)	**-**	0,00%	0,000%	0	0%	0%
Cultura (Apoio a festas e eventos culturais)	**133.735,34**	0,44%	0,039%	340	1%	0,11%
Saúde e Saneamento (Doação para Hospital e Instituto de saúde)	**10.977,70**	0,04%	0,003%	9	0%	0%
Esporte (Patrocínio do Nova Iguaçu Futebol Clube etc.)	**327.000,00**	1,07%	0,095%	57	0%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar (Doação p/ projetos sociais)	**25.269,65**	0,08%	0,007%	42	0,17%	0,01%
Outros: brindes, doações...	**67.501,04**	0,22%	0,020%	180	0,73%	0%
Total das contribuições para a sociedade	**564.483,73**	**1,85%**	**0,16%**	**630**	**2,55%**	**0,20%**
Tributos (excluídos encargos sociais): IPTU, ICMS, IPI, PIS, IRPJ	**60.289.804,40**	197,6%	17,52%	53.310	215,6%	16,5%
Total - Indicadores sociais externos	**61.418.771,86**	**201,3%**	**17,85%**	**54.569**	**220,7%**	**16,93%**

4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	23.794,60	0,08%	0,01%	19	0,08%	0,01%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	98.448,08	0,32%	0,03%	97	0,39%	0,03%
Total dos investimentos em meio ambiente	122.242,68	0,40%	0,04%	117	0,5%	0,04%

Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	2023	2022
	( ) não possui metas (X) cumpre de 0 a 50 % ( ) cumpre 51 a 75 % ( ) cumpre de 76 a 100%	( ) não possui metas (X) cumpre de 0 a 50 % ( ) cumpre 51 a 75 % ( ) cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2023	2022
Nº de empregados(as) ao final do período	**525**	**543**
Nº de admissões durante o período	**40**	**45**
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	**79**	**57**
Nº de estagiários(as)	**0**	**0**
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	**203**	**182**
Nº de mulheres que trabalham na empresa	**27**	**36**
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	**15%**	**15%**
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	**210**	**210**
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	**21%**	**21%**
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	**23**	**23**

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

	2023			Metas 2024		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	**15**			**15**		
Número total de acidentes de trabalho	**4**			**0**		
"Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:"	( ) Direção	(X) Direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	( ) direção	(X) Direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)
"Os pradrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:"	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	(X) Todos(a) + CIPA	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados (as)	(X) Todos(a) + CIPA
"Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:"	( ) não se envolve	(X) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados (as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
"Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:"	( ) não são considerados	(X) são sugeridos	( ) são exigidos	( ) não serão considerados	(X) serão sugeridos	( ) serão exigidos
"Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:"	( ) não se envolve	( ) Apóia	(X) organiza e apóia	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(X) organizará e apoiará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	Na empresa 122	No Procon 0	Na Justiça 0	Na empresa 100	No Procon 0	Na Justiça 0
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	Na empresa 100%	No Procon 100%	Na Justiça 100%	Na empresa 100%	No Procon 100%	Na Justiça 100%

7 - Outras Informações

1) **CNPJ:** 30.770.184/0001-30
Inscrição Estadual: 80.346.093
Setor Econômico: Indústrias de Alimentos

2) Nossa empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo.

3) A Granfino é signatária da Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

4) A Granfino integra o Conselho Empresarial de Responsabilidade Social da FIRJAN.

5) Os nossos Balanços Sociais de 2009 a 2017 foram certificados pelo CRC/RJ (8ª a 16ª Edição do Certificado Empresa Cidadã).

6) A Granfino ganhou o Prêmio SESI Qualidade no Trabalho nos anos de 2010 e 2012 (PSQT) na área da Baixada Fluminense.

Presidente: Renata Baroni Coelho

Contador: Francisco Alves de Carvalho (CRC-RJ 069.347/0-8 e CPF 002.323.597-76)

SINDICATO DOS ARTISTAS E TÉCNICOS EM ESPETÁCULOS DE DIVERSÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro - **SATED/RJ**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convocam os profissionais **Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões** para participarem da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se **no dia 29/04/2023, segunda-feira, às 15 horas e 30 minutos em primeira convocação e às 16 horas em segunda e última convocação com qualquer quórum**, na sua sede administrativa, sito na Rua Alcindo Guanabara, 17/18º andar, Centro - Rio de Janeiro, para **discutirem e deliberarem sobre: a) CONVENÇÃO ou ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2024/2025; b) Autorizar a diretoria sindical tomar as medidas cabíveis para a concretização do Instrumento Coletivo; c) Autorização expressa para cobrança da contribuição sindical assistencial / Tema 935 STF**. Rio de Janeiro, 22 de abril de 2024. Hugo Gross – Presidente do SATED/RJ.

PERUGIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ/MF nº 05.078.186/0001-15 - NIRE 33.3.0027357-3

Ficam convocados os acionistas da **PERUGIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.** ("Companhia") a participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia **30 de abril de 2024 às 16:00h,** através da modalidade semipresencial, ou seja, virtualmente através de plataforma digital que permitirá aos acionistas realizar votações de forma remota, atendendo à Instrução Normativa DREI 81/2020, ou presencialmente no endereço localizado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Luiz Antônio Campos Mello nº 02, sala 704, Jacarepaguá, CEP 22.775-024, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Tomada das contas dos administradores e demonstrações financeiras; 2. Destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; 3. Eleição do Conselho de Administração; 4. Remuneração global dos administradores da Companhia; 5. Mudança no endereço da sede da Companhia com a respectiva alteração do Estatuto Social; e 6. Deliberar acerca dos débitos de IPTU do empreendimento desenvolvido pela Companhia. **Rafael Musiello Vieira** - Presidente do Conselho de Administração.

ESHO – EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.
CNPJ nº 29.435.005/0001-29 - NIRE 33.3.0029696-4
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os Senhores acionistas da ESHO – Empresa de Serviços Hospitalares S.A. ("Companhia") convidados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 08:00 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Barão de Tefé, nº 34, 12º andar, Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.220-460, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a proposta da administração para contabilização do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) Fixar o montante global de remuneração dos diretores da Companhia para o exercício de 2024; Em Assembleia Geral Extraordinária: (iv) Homologar o aumento do capital social da Companhia aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 11/03/2024 e a consequente alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (v) Deliberar sobre novo aumento do capital social da Companhia; (vi) Registrar a renúncia de Diretores da Companhia; (vii) Deliberar sobre a eleição de novos Diretores da Companhia; e (viii) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. Informações Gerais: Os acionistas deverão apresentar na sede da Companhia, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou documento societário pertinente que comprove a representação legal, conforme o caso: o comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia e o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante. Rio de Janeiro, 19 de abril de 2024.
Edvaldo Santiago Vieira - Presidente

ZÍNIA PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 05.851.532/0001-56
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA. Ficam convidados os acionistas da Cia. a se reunir no dia 29/04/24, às 15h, na sede social localizada na Praça Pio X, nº 98, 9º and/parte, Centro, Rio de Janeiro/RJ, para deliberar sobre (a) as demonstrações financeiras e o relatório da administração referentes ao exercício social de 2023; (b) a destinação do resultado de 2023 da Cia.; (c) a reeleição da Diretoria da Cia. Rio de Janeiro, 19/04/24. Diretoria.

MMB AGROPECUÁRIA S.A.
CNPJ nº 13.054.044/0001-46
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam convidados os acionistas da Cia. a se reunirem no dia 29/04/2024, às 15h, na sede social localizada na Av. Barão de Tefé n° 34, 19° andar, Saúde, Rio de Janeiro/RJ, para deliberar sobre **I) EM AGO:** (a) as demonstrações financeiras e o relatório da administração referentes ao exercício social de 2023; (b) a destinação do resultado de 2023 da Cia; e **II) EM AGE:** (a) o limite da remuneração dos administradores. Rio de Janeiro, 19/04/24. Diretoria.

FARO ENERGY I COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE PROJETOS S.A.
CNPJ/ME nº 31.191.534/0001-76 - NIRE 3530054506-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024. Ficam os Acionistas da Companhia convocados para a sua Assembleia Geral Ordinária a ocorrer no dia 30 de abril de 2024, a fim de deliberar sobre: (i) contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social do ano de 2023; e (ii) deliberar sobre a destinação do resultado líquido do exercício social do ano de 2023. A participação poderá ser realizada presencial ou virtualmente, cf. art. 121 da Lei 6.404/76. O link para acesso será disponibilizado no sítio da Companhia em www.faroenergy.com.
São Paulo, 22 de abril de 2024. **Pedro Miguel de Araújo Mateus** - Diretor Presidente.

FARO ENERGY RENOVÁVEIS PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 46.556.111/0001-80 - NIRE 35.300.602.498

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024. Ficam os Acionistas da Companhia convocados para sua Assembleia Geral Ordinária a ocorrer no dia 30 de abril de 2024, a fim de deliberar sobre: (i) contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social do ano de 2023; (ii) deliberar sobre a destinação do resultado líquido do exercício social do ano de 2023 e; (iii) reeleição dos conselheiros da Companhia. A participação poderá ser realizada presencial ou virtualmente, cf. art 121 da Lei 6.404/76. O link para acesso será disponibilizado no sítio da Companhia em www.faroenergy.com. São Paulo, 22 de abril de 2024.
Pedro Miguel de Araújo Mateus – Diretor Presidente.

FARO ENERGY PROJETOS SOLARES HOLDING S.A.
CNPJ/ME nº 34.099.970/0001-08 - NIRE 35.300.554.027

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024. Ficam os Acionistas da Companhia convocados para sua Assembleia Geral Ordinária a ocorrer no dia 30 de abril de 2024, a fim de deliberar sobre: (i) contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social do ano de 2023; e (ii) deliberar sobre a destinação do resultado líquido do exercício social do ano de 2023. A participação poderá ser realizada presencial ou virtualmente, cf. art. 121 da Lei 6.404/76. O para acesso será disponibilizado no sítio da Companhia em www.faroenergy.com. São Paulo, 22 de abril de 2024.
Pedro Miguel de Araújo Mateus – Diretor Presidente.

SMR Participações e Investimentos S.A.

CNPJ nº 32.294.680/0001-90

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	99.689	368.557	230.144	535.251
Contas a receber	-	-	265.636	193.095
Estoques	-	-	355.586	314.570
Impostos a recuperar	5.816	1.102	94.178	49.943
Impostos de renda e contribuição social	1.102	-	53.038	24.537
Reembolso de despesas a receber	-	2.019	-	-
Outros ativos	959	422	37.464	28.012
Total do ativo circulante	**107.566**	**372.100**	**1.036.046**	**1.145.408**
Não circulante				
Indenizações	-	-	146.666	157.729
AFAC e mútuos a receber	69.781		-	
Ativos fiscais diferidos	4.199	3.149	168.557	55.114
Impostos a recuperar	-	-	6.817	7.002
Instrumento financeiro derivativo	-	-	1.070	2.523
Depósitos judiciais	-	-	17.252	17.171
Outros ativos	52	-	3.441	3.117
Total do realizável a longo prazo	**74.032**	**3.149**	**343.803**	**242.656**
Investimentos	1.385.082	1.171.428	-	-
Imobilizado	892	893	501.582	376.195
Intangível	33.459	19.624	1.110.106	1.004.523
Ativo de direito de uso	1.787	2.379	494.758	496.361
Total do ativo não circulante	**1.495.252**	**1.197.473**	**2.450.249**	**2.119.735**
Total do ativo	**1.602.818**	**1.569.573**	**3.486.295**	**3.265.143**

Passivo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Fornecedores e contas a pagar	7.425	10.391	495.797	423.211
Passivo de arrendamento	760	662	41.005	49.430
Empréstimos e financiamentos	-	-	26.453	56.907
Obrigação de integralizar capital nas controladas	42.166	15.000	-	-
Contas a pagar a minoritários e controladas	15.983	12.156	17.141	10.975
Indenizações	-	-	64.880	27.956
Obrigações sociais e trabalhistas	12.854	13.258	89.811	73.391
Obrigações tributárias	288	74	30.735	19.356
Impostos de renda e contribuição social	-	-	-	11.980
Contas a pagar na aquisição de controladas	48.406	44.540	77.522	44.540
Total do passivo circulante	**127.882**	**96.081**	**843.344**	**717.746**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	87.821	138.373
Fornecedores e contas a pagar	-	1.323	22.879	19.127
Passivo de arrendamento	1.443	2.118	484.821	477.305
Passivos fiscais diferidos	-	-	88.752	82.605
Contas a pagar na aquisição de controladas	155.326	188.022	197.695	198.624
Obrigação de integralizar capital nas controladas	108.139	173.594	-	-
Mútuos com controladas	28.491	28.491	-	-
Indenizações	-	-	4.586	19.569
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	120.932	135.626
Impostos de renda e contribuição social	-	-	9.189	18.115
Obrigações tributárias	-	-	14.250	15.366
Total do passivo não circulante	**293.399**	**393.548**	**1.030.925**	**1.104.710**
Total do passivo	**421.281**	**489.629**	**1.874.269**	**1.822.456**
Patrimônio líquido				
Capital social	1.233.476	1.233.476	1.233.476	1.233.476
Prejuízos acumulados	(51.939)	(153.532)	(51.939)	(153.532)
Total do patrimônio líquido atribuível a controladora	**1.181.537**	**1.079.944**	**1.181.537**	**1.079.944**
Participação de não controladores	-	-	430.489	362.743
Total do patrimônio líquido	**1.181.537**	**1.079.944**	**1.612.026**	**1.442.687**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**1.602.818**	**1.569.573**	**3.486.295**	**3.265.143**

Demonstração do Resultado - Exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita de venda de mercadorias e serviços	-	-	4.070.742	3.347.175
Custo de mercadorias e serviços vendidos	-	-	(3.036.085)	(2.469.214)
Lucro bruto	**-**	**-**	**1.034.657**	**877.961**
Despesas com vendas	-	-	(699.605)	(555.534)
Despesas gerais e administrativas	145	(6.945)	(246.732)	(175.221)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-		-	(4.789)
Outras despesas operacionais, líquidas	-	(87)	29.067	(12.839)
	145	**(7.032)**	**117.387**	**129.578**
Resultado antes das receitas e despesas financeiras líquidas e impostos				
Receitas financeiras	31.245	897	80.702	18.058
Despesas financeiras	(29.037)	(26.077)	(110.075)	(110.235)
Resultado financeiro líquido	**2.208**	**(25.180)**	**(29.373)**	**(92.177)**
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	158.111	32.026	-	-
Resultado antes dos impostos	160.464	**(186)**	**88.014**	**37.401**
Imposto de renda e contribuição social Corrente	**(118)**	-	31.170	(19.155)
Imposto de renda e contribuição social Diferido	**1.050**	(2.492)	109.161	(11.586)
Imposto de renda e contribuição social	932	(2.492)	**140.331**	(30.741)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	**161.396**	**(2.678)**	**228.345**	**6.660**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	161.396	(2.678)	161.396	(2.678)
Acionistas não controladores	-	-	66.949	9.338
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	**161.396**	**(2.678)**	**228.345**	**6.660**
Lucro por ação	**0,13**	**0**	**0,19**	**0,01**

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízo líquido do exercício	161.396	(2.678)	228.345	6.660
Resultado abrangente total do exercício	**161.396**	**(2.678)**	**228.345**	**6.660**
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	161.396	(2.678)	161.396	(2.678)
Acionistas não controladores	-	-	66.949	9.338
Resultado abrangente total do exercício	**161.396**	**(2.678)**	**228.345**	**6.660**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) do exercício	**161.396**	**(2.678)**	**228.345**	**6.660**
Ajustes para:				
Resultado da equivalência patrimonial	(158.109)	(32.026)	-	-
Provisão (reversão) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(7.539)	(52.928)
Provisão para perdas esperadas de créditos	-	-	879	4.789
Provisão (reversão) para perdas com estoque	-	-	2.655	887
Baixas de imobilizado e intangível	-	-	-	-
Provisões	(933)		-	
Depreciação e amortização	4.556	696	128.496	120.514
Juros e variações monetárias líquidas	28.854	24.997	96.721	86.025
Mudanças no valor justo de instrumentos financeiros	-	-	1.453	4.742
Equivalência patrimonial pelo PL	-	-	-	(59.161)
Imposto de renda e contribuição social	118	-	(31.170)	19.155
Arrendamento Mercantil	-		(4.792)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.050)	2.492	(106.594)	11.586
	34.832	(6.519)	308.454	142.269
Variações em:				
Contas a receber	2.019	(2.019)	(55.892)	(38.425)
Estoques	-	-	(18.453)	12.501
Tributos a recuperar	(5.934)	(351)	(37.392)	(28.260)
Indenizações	-	-	(14.147)	43.440
Outros ativos	(590)	10.508	(995)	6.612
Depósitos judiciais	-	-	(81)	3.283
Fornecedores e contas a pagar	(462)	(65.279)	45.677	123.068
Pagamentos de processos judiciais	-	-	(12.198)	-
Obrigações sociais e trabalhistas	529	190	10.953	8.650
Obrigações tributárias	214	(290)	(12.885)	10.815
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**30.608**	**(63.760)**	**213.041**	**283.953**
Juros pagos	(914)	(788)	(58.397)	(60.543)
Impostos pagos sobre o lucro	-	-	(3.466)	(20.216)
Fluxo de caixa liquido proveniente das atividades de operacionais	**29.694**	**(64.548)**	**151.178**	**203.194**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Integralização de capital em controlada	(106.261)	(21.330)	-	-
Mútuos/AFACs concedidos	(69.781)		-	-
Aquisição de controlada	(104.807)	(226.791)	(148.344)	(266.800)
Direito de uso	-	-	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível	(17.713)	(19.779)	(156.597)	(84.812)
Caixa utilizado nas atividades de investimento	**(298.562)**	**(267.900)**	**(304.941)**	**(351.612)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital	-	648.280	-	648.280
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	80.000
Mútuos com partes relacionadas	-	28.491	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(85.040)	(169.656)
Pagamento de passivos de arrendamento	-	-	(68.237)	(56.861)
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento	**-**	**676.771**	**(153.277)**	**501.763**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(268.868)**	**344.323**	**(307.040)**	**353.345**
Caixa e Equivalentes no inicio do exercício	368.557	24.234	535.251	100.593
Caixa e equivalentes decorrentes de aquisição de empresas	-	-	1.933	81.313
Caixa e Equivalentes no final do exercício	99.689	368.557	230.144	535.251
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(268.868)**	**344.323**	**(307.040)**	**353.345**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social: Capital subscrito	Capital social: Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Patrimônio atribuível à controladora	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**586.055**	**(859)**	**(91.693)**	**493.503**	**226.443**	**719.946**
Aumento de capital	647.000	859	-	647.859	-	647.859
Resultado do exercício	-	-	(2.678)	(2.678)	9.338	6.660
Incorporação F&B	421	-	-	421	-	421
Equivalência patrimonial	-	-	(59.161)	(59.161)	-	(59.161)
Não controladores	-	-	-	-	126.962	126.962
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.233.476**	**-**	**(153.532)**	**1.079.944**	**362.743**	**1.442.687**
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	161.396	161.396	66.949	228.345
Equivalência patrimonial	-	-	(52.266)	(52.266)	-	(52.266)
Transação de Capital	-	-	(7.537)	(7.537)	-	(7.537)
Não controladores	-	-	-	-	797	797
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.233.476**	**-**	**(51.939)**	**1.181.537**	**430.489**	**1.612.026**

Jorge Faiçal - Presidente
Marcelo Adriano Casarin - Diretor Financeiro
Renata Melloni - Contadora - CRC SP-284533/O-5

As demonstrações financeiras encontram-se, na íntegra, à disposição dos acionistas na sede da Empresa.

CNPJ/MF nº 30.770.184/0001-30

INDÚSTRIAS GRANFINO S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

"Sermos os Melhores naquilo que nos propusermos a fazer, com foco absoluto em nossas atividades, garantindo os melhores produtos aos clientes, solidez aos fornecedores, rentabilidade aos acionistas e a oportunidade de um futuro melhor a todos os nossos colaboradores" - Esta e a Missão da GRANFINO. SENHORES ACIONISTAS:É com grande satisfação que a administração das **INDÚSTRIAS GRANFINO S.A.**, dirige-se aos seus Acionistas para em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentar-lhe o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Resultados do Exercício a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa acompanhadas das Notas Explicativas da Diretoria relativas às operações da sociedade no exercício de 2023. Após um cenário único e desafiador nos últimos anos, iniciado com a eclosão da pandemia no início de 2020, o ano de 2023 começou com expectativas da recuperação econômica global. Os resultados foram consistentes ao longo do ano, apesar de eventos com consequências importantes a nível mundial, como o conflito iniciado no Leste europeu em fevereiro e a política monetária mais restritiva de combate a pandemia na China. A inflação em patamares elevados na maioria dos países, foi um desafio importante no decorrer de 2023, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos países emergentes. Como resultado, observou-se um aumento das taxas de juros por parte dos Bancos Centrais na maioria dos países, na expectativa de controle da demanda e da escala de preços. O PIB tem expectativa de 2,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Alguns fatores contribuíram significativamente para esse comportamento, como o retorno de atividades presenciais e demanda reprimida por alguns segmentos, o impacto da alta das commodities sobre a atividade econômica e as políticas de expansão da liquidez por parte do governo federal. O Banco Central (BACEN) divulgou através do relatório Focus, a inflação acumulada ao longo de 2023 medida pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA). O índice registrou uma variação de 4,51% em 2023. A taxa Selic fechou o ano de 2023 em 11,75%. A expectativa para 2024 e de 9,13% Ao longo do exercício, a Companhia manteve a sua unidade de negócios em plena operação, sem sofrer interrupções, paralisações ou suspensões de qualquer natureza. Foram usados os mais rígidos padrões sanitários de prevenção, contenção e combate ao contágio da Covid-19. Ao mesmo tempo adotou medidas de contenção do caixa e contenção de custos e despesas, bem como administrativas de simplificação e eficiência da estrutura organizacional. Não obstante, a GRANFINO demonstrou uma impressionante capacidade de navegar em um período de muita turbulência, apoiado por uma estratégia de Marketing, Força de Venda, sua logística e um surpreendente compromisso de seu quadro de colaboradores, fazendo com que se saísse mais forte, com o senso de responsabilidade e o compromisso de melhor atender seus milhares de clientes. No que tange às operações, a GRANFINO obteve um aumento na venda dos produtos em tonelagem em 6,00% e, um aumento em faturamento, da ordem de 8% em relação ao exercício de 2022, com o resultado operacional de R$ 21.026.994,79 (sem os impostos). Tal aumento, se deve ao fato do reajuste de preço, pois em 2022 o preço médio era R$ 4,94 por kg. Já em 2023, o preço médio era de R$ 5,02 por kg, com um aumento de R$ 0,08. Tal aumento se justifica em virtude da alta dos preços das Commodities. A alta carga tributária em nosso País, continua sendo o principal entrave para as empresas de uma forma geral, principalmente, do seguimento de alimentos, que está vulnerável à política fiscal existente e, sujeito às disparidades oriundas de uma guerra fiscal sem precedente nos estados. Esse resultado, proporcionou à administração, encaminhar propostas ao Conselho, de uma distribuição de dividendos da ordem de R$ 5.256.748,70, o que totaliza R$ 175,225 por lote de 1.000 ações, permanecendo o saldo, após as deduções de Reserva Legal, à disposição da Assembleia para outras finalidades. A Diretoria, mais uma vez vem agradecer a todos aqueles que de toda forma, dedicação e confiança, colaboraram para que nossa empresa alcançasse o resultado acima. Nova Iguaçu, 17 de abril de 2024.

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 2023 E 2022 (Em Reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Caixa ou Equivalente Caixa (nota 3)	8.540	8.488
Aplicações Financeiras	30.276.930	12.301.720
Contas a Receber - Clientes (nota 4)	30.174.263	35.822.971
Estoque (nota 5)	31.205.706	29.161.689
Créditos Diversos	394.394	123.567
Impostos a Recuperar (nota 6)	11.872.360	10.005.680
Crédito Trib.a Compensar (nota 7)	107.351	2.179.602
Total do Ativo Circulante	**104.039.545**	**89.603.716**
Não Circulante		
Despesas Antecipadas	541.657	419.219
Depósitos Judiciais	1.281.822	1.175.045
Investimentos		
Imobilizado (Nota 8)	21.830.079	19.717.654
Total Ativo Não Circulante	**23.653.559**	**21.311.919**
Total do Ativo	**127.693.104**	**110.915.636**

Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Fornecedores (nota9)	29.968.580	32.436.656
Financiamentos (nota 10)	1.250.000	33.260
Impostos e Taxas a Recolher (nota 11)	3.079.115	3.674.609
Ordenados e Salarios a Pagar	3.308.220	2.876.457
Parcelamentos (nota12)	1.464.976	2.321.984
Dividendos a pagar	-	-
Total do Passivo Circulante	**39.070.890**	**41.342.967**
Não Circulante		
Financiamentos	1.250.000	-
Diretores e Acionistas	2.341.069	2.168.420
Parcelamento Federal Lei 11941 (nota 12)	136.177	1.461.043
Total do Passivo não Circulante	**3.727.246**	**3.629.463**
Patrimonio Liquido		
Capital Social (nota 13.a)	18.000.000	18.000.000
Reserva de Lucros		
Reserva Legal (nota 13b)	3.600.000	3.152.971
Reserva de Expansão (nota 13b)	31.125.128	18.684.458
Ações em Tesouraria	(53.865)	(48.932)
Ajustes execicios anos anteriores	368.181	(122.403)
Resultados acumulados	31.855.523	26.277.113
Total do Patrimonio Liquido	**84.894.967**	**65.943.207**
Total do Passivo	**127.693.103**	**110.915.636**

As notas Explicativas da Administração são parte integrante desta demonstração financeira

DEMONSTRAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO DO PATRIMONIO LIQUIDO (Em Reais)

Histórico	Capital Realizado	Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Reserva de Capital	Lucros/Prejuizo do periodo	Total
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	17.346.803	17.346.803
Apropriação de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	(122.403)	(122.403)
Reserva Legal	-	-	447.029	-	-	(447.029)	-
Reserva de Expansão	-	-	-	12.440.670	-	(12.440.670)	-
Recompra de Ações	-	(3.033)	-	-	-		(3.033)
Dividendos Propostos	-		-	-	-	(4.336.701)	(4.336.701)
Saldo em 31.12.2022	**18.000.000**	**(48.932)**	**3.600.000**	**31.125.128**	**-**	**(0)**	**52.676.196**
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	21.026.995	21.026.995
Apropriação de Lucro	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste Exercícios Anteriores	-	-	-	368.181	-	-	368.181
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Expansão	-	-	-	15.770.246	-	(15.770.246)	-
Recompra de Ações	-	(4.932)	-	-	-	-	(4.932)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(5.256.749)	(5.256.749)
Saldo em 31.12.2023	**18.000.000**	**(53.865)**	**3.600.000**	**47.263.555**	**-**	**(0)**	**68.809.692**

As notas Explicativas da Administração são parte integrante desta demonstração financeira

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 2023 E 2022 (Em Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Vendas	406.029.926	375.382.261
Devolução de Vendas	(12.854.420)	(9.014.075)
Imposto s/Circulação de Mercadorias	(40.107.577)	(35.869.575)
Pis e Cofins	(8.647.070)	(7.785.980)
IPI	(277.628)	(335.032)
Vendas Liquidas	344.143.230	322.377.599
Custo das Vendas (nota 14)	(243.152.316)	(231.441.187)
Lucro Bruto s/Vendas	**100.990.915**	**90.936.412**
Despesas c/Vendas		
Propaganda e Publicidade (nota16)	2.314.811	3.073.429
Pessoal e Encargos (nota 15)	22.906.478	20.704.626
Outras Despesas (nota 16)	24.513.432	22.123.625
	49.734.721	**45.901.680**
Gastos Gerais		
Honorários da Diretoria (nota 17)	982.829	945.058
Pessoal e Encargos (nota 15)	7.239.048	6.837.344
Despesas Administrativas (nota 17)	7.976.191	6.733.901
Impostos e Taxas (nota 19)	823.635	1.376.872
Despesas Financeiras (nota 18.1)	6.904.049	7.288.779
Receitas Financeiras (nota 18.2)	(3.839.473)	(3.508.354)
	20.086.278	**19.673.600**
Depreciação do Exercicio	1.650.091	1.590.822
Parcela Atribuida ao Custo	(992.093)	(953.957)
	657.999	**636.865**
Lucro Operacional	**30.511.917**	**24.724.267**
Receitas não Operacionais	143.406	1.552.847
Resultado Venda de Ativo Fixo	1.200.200	-
Lucro Antes do I.Renda e CSSL	31.855.523	26.277.113
Provisão p/Imposto de Renda	(7.955.800)	(6.560.052)
Provisão p/Contr.Social	(2.872.728)	(2.370.259)
Lucro Liquido do Exercicio	**21.026.995**	**17.346.803**
Lucro por lote de 1.000 ações	700,90	578,23

As notas Explicativas da Administração são parte integrante desta demonstração financeira

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 2023 E 2022 (Em Reais)

Das Atividades Operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do Exercício	21.026.995	17.346.803
Depreciação	1.650.091	1.590.822
Diminuição (aumento) nos ativos		
Contas a receber de Clientes	(5.648.708)	(13.284.454)
Estoques	(2.044.017)	(2.104.467)
Impostos a Recuperar	(1.866.680)	(668.726)
Despesas Antecipadas	(122.438)	(121.701)
Investimentos Diversos	-	-
Depósitos Judiciais	(106.777)	(549.404)
Aumentos (diminuição) nos Passivos		
Fornecedores	(2.468.076)	13.005.969
Impostos/Taxas/Contribuições Sociais a Recolher	(595.495)	767.623
Salários e encargos sociais a recolher	431.763	998.765
Dividendos a Pagar	920.047	2.133.120
Parcelamentos	-	-
Provisões IR e CSLL	1.898.218	627.093
Caixa Líquido usado nas atividades operacionais	**13.074.923**	**19.741.443**
Atividades de Investimentos		
Aumento dos Investimentos	-	-
Aumento do Imobilizado	2.112.425	3.047.747
Caixa Liquido usado nas atividades de investimentos	**2.112.425**	**3.047.747**
Atividades de Financiamentos		
Emprétimos a sócios	2.341.069	2.168.420
Empréstimos	1.386.177	23.757
Dividendos propostos	-	-
Caixa Liquido proveniente das atividades de financiamento	**3.727.246**	**2.192.177**
Aumento /Redução Liquido do Caixa e Equivalente de Caixa	**17.975.262**	**6.938.404**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercicio	12.310.208	5.371.804
Caixa e equivalentes de caixa no Fim do Exercício	30.285.470	12.310.208
Aumento /Redução Liquido do Caixa e Equivalentes de Caixa	17.975.262	6.938.404

As notas Explicativas da Administração são parte integrante desta demonstração financeira

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

1. Informações Gerais: As INDUSTRIAS GRANFINO S.A é uma sociedade por ações de capital fechado tendo como atividade principal a industrialização e a comercialização de gêneros alimentícios em geral, tais como Farinha de Mandioca, Fubá e derivados, Farofa, Arroz, Feijões Variados, fabricação de rações para animais. Importação e comercialização de azeite; podendo por decisão da diretoria dedicar-se a qualquer outra atividade sempre que os interesses sociais assim o exigirem. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis; 2.1. Base de apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, que compreende aquelas incluídas nos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC PME – NBC TG 1000). **2.2. Sumário das principais práticas contábeis adotadas:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber: **a.Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são depósitos bancários de curto prazo, de alta liquidez, e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **b. Contas a receber:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades, demonstrados a valores presente e de realização. A provisão com perdas de créditos de clientes é calculada com base em análise de risco dos créditos, que considera o percentual de duplicatas vencidas, a liquidez de mercado e o nível de crédito, sendo suficiente para cobrir perdas sobre os valores a receber. **c. Estoques:** Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **d. Ativo e passivo circulante e não circulante:** Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, se aplicáveis, os rendimentos, encargos e variações monetárias correspondentes. A apropriação dos rendimentos e encargos mensais pactuados é calculada pelo método linear. Os rendimentos ou encargos proporcionais aos dias decorridos no mês da contratação das operações são apropriados dentro do próprio mês, pro rata dia. A Administração da Companhia não identificou a necessidade de constituição de ajuste a valor presente de seus ativos e passivos, conforme previsto no CPC 12. **e. Apuração do resultado e reconhecimento de receita:** O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **f. Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, intangível e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	8.488	8.488
Banco Conta Movimento / Aplicações	30.276.930	12.301.720
	30.285.418	**12.310.208**

4. Contas a receber - clientes	31.12.2023	31.12.2022
Duplicatas a receber	30.292.370	35.976.209
Cheques a receber	819.084	799.194
Cheques devolvidos	211.269	209.811
Créditos não identificados	(510.294)	(510.294)
Adiantamento de clientes	**(638.167)**	**(651.950)**
	30.174.263	**35.822.971**

5. Estoques	31.12.2022	31.12.2022
Mercadorias (Revenda)	137.879	113.897
Produtos acabados	7.584.364	6.546.547
Matérias primas	12.187.652	11.951.696
Embalagens	2.547.723	2.503.784
Material de expediente	7.441.670	7.285.363
Estoques em poder de terceiros	1.306.419	760.404
	31.205.706	**29.161.689**

6. Impostos a recuperar	31.12.2022	31.12.2022
ICMS imobilizado	937.670	805.243
IRPJ a recuperar	463.758	463.758
CSLL a recuperar	166.233	166.233
IRRF sobre aplicação financeira a recuperar	5.003	822.046
	1.572.665	**2.257.280**

7. Créditos Tributários a Compensar: No exercício de 2022 a Sociedade entrou com Recurso para fazer a exclusão da PIS e da COFINS da base de Cáculo do ICMS das Notas fiscais de saída e de entrada de Insumos - para a utilização de Crédito em compensações futuras. Créditos com IPI tambem foram levantados neste periodo. No ano de 2023 foram apurados crédito Pat os quais tambem foram usados para compensação de impostos, assim como a base negativa de IRPJ e CSLL que foi totalmente baixada.

	31.12.2023	31.12.2022
Crédito Pat	107.350,58	
Crédito Pis/Cofins exclusão Base de calc.NFS	-	618.311,58
Base Negativa de IRPJ e CSLL	-	155.892,75
Crédito IPI	-	1.405.397,67
	107.350,58	**2.179.602,00**

8. Imobilizado

31.12.2023	Taxa de depreciação a.a%	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos		26.655		26.655
Edificações	4%	11.736.770	(4.785.922)	6.950.848
Instalações	10%	1.868.944	(1.869.549)	-
Máquinas e Equipamentos	10%	16.729.451	(15.971.897)	757.554
Informática	20%	3.246.962	(2.899.753)	347.209
Moveis e utensílios	10%	708.183	(713.886)	-5.703
Veículos	5%	10.112.307	(5.288.427)	4.823.880
Outros	4% e 10%	6.356.047	(157.844)	6.198.203
		50.785.318	**(31.687.277)**	**50.785.318**

31.12.2022	Taxa de depreciação a.a%	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos		26.655		26.655
Edificações	4%	11.736.770	(6.900.520)	11.736.770
Instalações	10%	1.868.944	(1.868.944)	1.868.944
Máquinas e Equipamentos	10%	19.645.456	(14.512.516)	16.729.451
Informática	20%	2.655.718	(2.611.125)	3.246.962
Moveis e utensílios	10%	660.288	(644.417)	708.183
Veículos	5%	8.806.205	(4.850.250)	10.112.307
Imobilizado Leasing Financeiro	-	-	-	2.732.038
Outros	4% e 10%	1.622.766	(299.506)	410.194
		47.022.802	**(31.687.277)**	**-**

As movimentações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2022 estão assim representadas:

	31.12.2022
Saldo inicial	42.384.233
Adições	4.638.569
Saldo Final	**47.022.802**

	31.12.2023
Saldo inicial	47.022.802
Adições	3.762.516
Saldo Final	**50.785.318**

9. Fornecedores	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores nacionais	29.319.589	31.806.038
Fornecedores estrangeiros	648.990	630.618
	29.968.580	**32.436.656**

10 Empréstimos e financiamentos	31.12.2023	31.12.2022
Santander LUX	1.250.000,04	-
Portobens	-	90.278
	1.250.000	**90.278**
Passivo circulante	1.250.000	57.018
Passivo não circulante	1.250.000	33.260
	2.500.000	**90.278**

11. Obrigações tributárias	31.12.2023	31.12.2022
ICMS a recolher	**1.316.146**	**1.583.140**
ICMS complementar a recolher	4.352	18.527
IPI a recolher	17.042	24.727
INSS a recolher-terceiros	5.505	8.630
FGTS a recolher	267.944	237.688
IRRF a recolher-salários	331.799	281.576
IRRF a recolher-terceiros	7.092	6.725
PIS a recolher	50.174	158.156
COFINS a recolher	209.664	514.602
ISS a recolher	17.258	25.319
CSLL/PIS/COFINS retidos a recolher	10.243	9.305
Provisâo p/ IR -PJ	388.318	868.522
Provisão p/ Contribuição Social	140.515	313.388
Convênio Senai a recolher	19.970	17.439
Convênio Sesi a recolher	29.955	27.768
ICMS Retido a recolher	38.465	85.521
INSS a Recolher-folha	753.507	675.486
Icms Impostos não recuperados	-	-
	3.607.948	**4.856.519**

12. Parcelamentos: A Companhia optou pelo REFIS, normatizado pela Lei 11.941/09 e MP 470/09, para parcelamento de seus tributos. Os parcelamentos são amortizados mensalmente e estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. Em 2017 a empresa optou também pelo Parcelamento PERT da MP 783/17. A Empresa no ano de 2022 assumiu o parcelamento ref. Processo à CONAB tendo a sua quitação total no exercicio de 2023.

	31.12.2023	31.12.2022
Passivo circulante	1.527.495	2.321.984
Passivo não circulante	136.177	1.461.043
	1.663.673	**3.783.027**

13. Patrimônio líquido. a. Capital social: O capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023, em moeda corrente nacional, é de 18.000.000,00 (Dezoito milhões de reais), representado por 30.000.000 de ações nominativas, sem valor nominal, sendo 23.723.885 ordinárias e 6.276.115 preferenciais. **b. Reserva de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, no ano de 2023 por ter atingindo o limite permitido o valor foi direcionado para Reserva de Expansão.

Lucro Liquido do exercicio	31.12.2023	31.12.2022
Lucro Liquido do exercicio	21.026.995	17.346.803
Dividendos Propostos no ano	5.256.749	4.336.701
Patrimonio Liquido		
Capital Social	18.000.000	18.000.000
Reserva Legal	3.600.000	3.600.000
Ações em tesouraria	(53.865)	(48.932)
Reserva de Expansão	47.263.555	31.125.128
	68.809.690	**52.676.195**

14. Receita operacional líquida	31.12.2023	31.12.2022
Receita operacional bruta		
Receita bruta de vendas	**406.029.926**	**375.382.261**
Deduções da receita		
Cancelamentos e devoluções de vendas	(12.854.420)	(9.014.075)
ICMS sobre vendas	(39.360.924)	(34.862.703)
PIS e COFINS	(8.647.070)	(7.785.980)
IPI	(277.628)	(335.032)
ICMS ST sobre vendas	(746.654)	(1.006.872)
Receita operacional líquida	**344.143.230**	**322.377.599**

15. Despesas com pessoal	31.12.2023	31.12.2022
Salários	(12.813.860)	(11.578.162)
INSS	(3.533.898)	(3.143.938)
Salário administrativo	(4.088.175)	(3.905.268)
INSS administrativo	(1.285.827)	(1.067.374)
FGTS	(1.131.776)	(985.370)
Décimo terceiro salário	(1.165.094)	(1.053.013)
Férias	(1.616.616)	(1.500.394)
INSS sobre provisão de férias	(467.028)	(420.156)
Indenizações trabalhistas	(113.218)	(108.322)
Salário educação	(366.599)	(330.432)
INSS sobre 13° salário	(334.264)	(299.054)
Décimo terceiro salário administrativo	(381.926)	(353.728)
FGTS administrativo	(316.288)	(391.391)
SESI	(219.960)	(198.259)
Outros administrativos	(1.158.327)	(1.062.159)
Indenizações trabalhistas administrativas	(8.504)	(57.424)
Outros	(1.144.166)	(1.087.525)
	(30.145.526)	**(27.541.970)**

16. Outras despesas com vendas	31.12.2023	31.12.2022
Comissões e corretagens	(9.991.982)	(8.692.644)
Terceirização de mão de obra	(356.309)	(391.718)
Diesel	(2.095.042)	(2.452.829)
Manutenção de veículos	(469.922)	(430.818)
Contratos e encartes	(4.419.708)	(4.003.081)
Energia elétrica	(318.362)	(309.795)
Serviços prestados P.J.	(764.399)	(449.180)
Seguros de veículos	(797.663)	(683.674)
Alimentação	(234.649)	(204.361)
Carga e descarga	(724.697)	(722.122)
Vale transporte	(173.854)	(193.294)
Peças e materiais	(803.341)	(47.645)
Pedágios	227.328	(238.139)
Fretes e carretos	(1.740.1610	(1.232.280)
CEDAE	(166.169)	(112.624)
Outros	(4.936.486)	(5.032.850)
	(27.765.417)	**(25.197.054)**

17. Despesas administrativas	31.12.2023	31.12.2022
Manutenção de software	(116.600)	(791.639)
Telefonia móvel	(279.756)	(302.614)
Exames médicos	(301.686)	(309.876)
Serviços prestados P.F.	(110.016)	(115.094)
Serviços prestados P.J.	(764.399)	(604.455)
Lucros distribuídos para empregados	(1.727.776)	(881.432)
Manutenção de hardware	(259.477)	(304.466)
Cursos e seminários	(40.785)	(26.221)
Serviços de internet	(30.250)	(34.438)
Plano de saúde	(241.785)	(218.240)
Material de expediente	(118.127)	(100.390)
Peças e materiais	(7.733)	(11.398)
Vale transporte	(47.242)	(47.946)
Manutenção predial	(39.556)	(69.788)
Energia elétrica	(155.092)	(116.160)
Telefonia fixa	(39.971)	(29.528)
Medicamentos	(96.730)	(91.574)
CEDAE	(71.507)	(40.898)
Manutenção equipamentos (ou máquinas)	(92.654)	(98.531)
Honorários advocatícios	(537.786)	(473.603)
Alimentação	(171.312)	(154.212)
Outros	(4.253.239)	(2.856.457)
	(9.503.479)	**(7.678.959)**

INDÚSTRIAS GRANFINO S.A.

GRANFINO Combina com você

CNPJ/MF nº 30.770.184/0001-30

18. Receitas e despesas financeiras	31.12.2023	31.12.2022
18.1. Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(5.045.990)	(4.534.951)
Despesas bancárias	(81.661)	(77.608)
Variação monetária Passiva	(29.722)	(38.939)
Despesas de cobranças	(186.475)	(170.812)
Variação cambial passiva	(123.180)	(250.091)
Encargos/multas/juros Parc. PERT	(95.456)	(58.334)
Variação monetária parc. MP783/17 Parc. PERT	(56.348)	(30.640)
Perdas no Recebimento de Créditos	(72.160)	-
Variação monetária parcelamento Lei 11.941	(129.631)	(202.829)
Seguro sobre Operações Bancárias	(297.520)	-
Despesas diversas	(15.708)	(923)
Juros pagos	(17.282)	(1.740)
Tarifas E-Commerce	(4.890)	(2.387)
IOF	(44.804)	(39.685)
Variação Monetária Parc.CONAB	(649.044)	(1.820.627)
Variação Monetária Honor.CONAB	(23.774)	(15.453)
Encargos emprestimos / Leasing financeiro	(30.407)	(43.761)
	(6.904.049)	(7.288.779)

18.2. Receitas financeiras	31.12.2023	31.12.2022
Receita de aplicação financeira	2.299.360	1.618.431
Descontos obtidos	346.293	326.274
Juros recebidos	420.907	759.777
Variação cambial ativa	185.560	219.893
Receitas diversas	386.934	131.646
Taxa Selic	639	310.572
Bonificações recebidas	199.780	141.762
	3.839.473	3.508.354
	(3.064.576)	(3.780.425)

19. Impostos, Taxas e Contribuições	31.12.2023	31.12.2022
Confederações e Similares	(36.646,63)	(27.692,97)
Custas Processuais	(34.722,08)	(77.566,97)
IPTU	(49.516,92)	(45.502,08)
Taxas Diversas	(134.412,11)	(151.326,14)
Multas Fiscais Não Dedutíveis	(36.935,53)	(36.255,50)
Ações Trabalhistas	(156.623,71)	(52.356,39)
Demais Arrendamento Mercantil	-	-
Seguro de Vida	(39.042,61)	(18.159,32)
Perdas e Roubos	-	-
Despesas Judiciais	(335.734,94)	(968.012,93)
	(823.634,53)	(1.376.872,30)

Conselho de Administração
Presidente: Silvia Maria Soares Coelho Lantimant
Conselheiros: Paulo Roberto Gomes Coelho; José Carmelo Mastrangelo; Cleucio Gonçalves Lantimant

Diretoria Executiva
Presidente: Renata Baroni Coelho; **Diretor de Compras:** José Antonio Gomes Coelho
Diretor de Vendas: Cleucio Golçalves Lantimant; **Diretora Administrativa:** Maria de Fátima de Almeida Coelho

Contador: Francisco Alves de Carvalho - CPF 002.323.597-76 - CRC 069347-0

TRIÂNGULO MINEIRO TRANSMISSORA S.A.

CNPJ/MF nº 17.261.505/0001-02

Balanço Patrimonial em 31/12/2023 e 31/12/2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15.644	6.487
Contas a receber	6	5.693	5.403
Impostos recuperar		44	39
Despesas antecipadas		127	76
Ativo contratual da concessão	7	41.864	39.947
Outras contas a receber		169	58
		63.541	52.010
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais		26	-
Fundos vinculados	5	-	7.236
Ativo contratual da concessão	7	441.476	439.358
Imobilizado		620	81
Intangível		40	-
		442.162	446.675
Total do ativo		505.703	498.685

Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Fornecedores		280	45
Empréstimos e financiamentos	9	-	25.188
Obrigações sociais e trabalhistas		377	388
Obrigações tributárias	10	1.323	1.297
Taxas regulamentares		540	530
Provisões diversas	8	2.798	5.673
Outras obrigações		30	26
Provisões para litígios		155	-
Dividendos	11.e	10.132	-
		15.635	33.147
Não circulante		-	-
Patrimônio líquido	11		
Capital social		284.173	284.173
Reserva legal		13.091	10.958
Reserva especial		22.602	30.602
Reserva de lucros a realizar		170.202	139.805
		490.068	465.538
Total do passivo e patrimônio líquido		505.703	498.685

Demonstração do Resultado em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	13	54.810	54.041
Custo da operação	14.a	(7.334)	(5.068)
Lucro bruto		47.476	48.973
Despesas operacionais	14.b	(1.143)	(1.038)
Outras receitas operacionais		32	31
Resultado bruto		46.365	47.966
Resultado financeiro, líquido	15		
Receitas financeiras		1.709	2.039
Despesas financeiras		(1.614)	(2.685)
		95	(646)
Lucro antes do IRPJ e CSLL		46.460	47.320
IRPJ e CSLL corrente	16	(2.217)	(2.295)
Lucro líquido do período		44.243	45.025
Lucro por ação			
Quantidade de ações subscritas (lote de mil ações)		246.043	246.043
Lucro por ação - básico (em R$)		0,18	0,183

Demonstração do Resultado Abrangente em 31122023 e 31/12/2022
(Valores expressos em milhares de

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do período	44.243	45.025
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	44.243	45.025

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital realizado	Reservas de lucro: Reserva legal	Reserva especial	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	246.043	12.715	47.899	205.550	-	512.207
Distribuição de dividendos obrigatórios	-	-	(10.500)	-	-	(10.500)
Transferência para reserva especial	-	-	7.213	(7.213)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-		45.025	45.025
Destinação do lucro do exercício						
- Reserva legal		2.252	-	-	(2.252)	-
- Reserva de retenção de lucros	-	-	-	32.080	(32.080)	-
- Reserva Especial	-	-	10.693	-	(10.693)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	246.043	14.967	55.305	230.417	-	546.732
Distribuição de dividendos obrigatórios	-	-	-9.000		-	(9.000)
Distribuição de dividendos adicionais			-56.813	(37.187)		(94.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	44.243	44.243
Destinação do lucro do exercício						
- Reserva legal		2.212	-	-	(2.212)	-
- Reserva de retenção de lucros	-	-	-	31.523	(31.523)	-
- Reserva Especial	-	-	10.508	-	(10.508)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	246.043	17.179	-	224.753	-	487.975

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/2023 e 31/12/2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	12/2023	12/2022
Lucro do período	44.243	45.025
Ajustado por:		
Remuneração dos ativos da Concessão	(48.107)	(47.689)
Receita de operação e manutenção	(9.381)	(8.941)
Depreciação e amortização	24	31
Provisão para contingências	1.757	-
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	1.426	2.530
	(10.038)	(9.044)
Variação nos saldos de ativos e passivos	(3.761)	(14.692)
Redução/(aumento) de contas a receber	(636)	(2.157)
Redução/(aumento) de impostos a recuperar	(14)	-
Redução/(aumento) de despesas antecipadas	2	42
Redução/(aumento) de outras contas a receber	(221)	(486)
Redução/(aumento) Depósitos judiciais	(1.294)	-
Aumento/(redução) de fornecedores	(1.354)	1.289
Aumento/(redução) de obrigações sociais e trabalhistas	10	28
Aumento/(redução) de obrigações tributárias	90	493
Aumento/(redução) de outras obrigações	(344)	(13.901)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(13.799)	(23.736)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimento RAP	53.656	50.498
Adições do ativo imobilizado e intangível	(46)	-
Fundos vinculados	7.330	5.778
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	60.940	56.276
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de juros em empréstimos	(1.530)	(2.551)
Pagamento de principal em empréstimos	(29.702)	(24.298)
Pagamento de dividendos	(9.000)	(10.500)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(40.232)	(37.349)
Redução/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	6.909	(4.809)
Caixa e equivalentes no início do período	7.621	12.430
Caixa e equivalentes no fim do período	14.530	7.621
	6.909	(4.809)

Demonstração do Valor Adicionado em 31/12/2023 e 31/12/2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas	57.520	56.661
Remuneração do ativo de contrato (i)	48.107	50.280
Receita de operação e manutenção (i)	9.381	6.350
Outras receitas	32	31
Insumos adquiridos de terceiros	(7.684)	(5.215)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.728)	(5.035)
Outros custos operacionais	(1.956)	(180)
Valor adicionado bruto	49.836	51.446
Depreciação e Amortização	(24)	(31)
Valor Adicionado Líquido Produzido	49.812	51.415
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.709	2.040
Valor adicionado total a distribuir	51.521	53.455
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	457	438
Remuneração direta	429	411
Benefícios	1	2
FGTS	26	25
Impostos, taxas e contribuições	5.010	5.209
Federais	4.271	4.305
Encargos setoriais	710	661
Taxas e contribuições diversas	30	243
Remuneração de capitais de terceiros	1.811	2.783
Juros e encargos	1.426	2.530
Outras despesas financeiras	188	155
Aluguéis	197	98
Remuneração de capitais próprios	44.243	45.025
Reserva legal	2.212	2.252
Reserva especial	10.508	10.693
Reserva de retenção de lucros	31.523	32.080
Valor adicionado distribuído	51.521	53.455

Diretoria Executiva
Luiz Eduardo Marques Moreira
Diretor Presidente e Diretor Administrativo-Financeiro

Francisco José Arteiro de Oliveira
Diretor Técnico

Responsável Técnico pelas Demonstrações Financeiras
Luana Pacheco
Contadora CRC-SC: SC-043160/O-0

As Demonstrações Contábeis completas e auditadas encontram-se na sede da Companhia.

ESHO - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES S.A.

CNPJ/MF nº 29.435.005/0001-29

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, nos termos das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.
Rio de Janeiro, 22 de abril de 2024.
A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	1.117.484	981.282
Caixa e equivalentes de caixa	59.997	52.898
Contas a receber	922.627	795.009
Estoques	80.878	87.976
Créditos tributários	8.420	8.636
Dividendos a receber	18.799	17.874
Adiantamento a fornecedores e funcionários	15.713	12.389
Outros créditos	11.050	6.500
Não circulante	4.502.575	4.788.588
Créditos tributários	974	974
IRPJ e CSLL diferidos	344.460	218.933
Depósitos judiciais	50.528	43.448
Investimentos	1.289.457	1.579.324
Imobilizado	1.979.571	2.031.097
Intangível	837.585	914.812
Total do ativo	5.620.059	5.769.870

PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	533.646	491.633
Obrigações com pessoal	142.133	133.641
Fornecedores	265.884	231.772
Tributos a recolher	65.222	63.584
Empréstimos e financiamentos	10	10
Investimentos a liquidar	21.207	21.050
Dividendos/JCP a pagar	1.547	1.548
Arrendamentos	13.895	16.104
Outros débitos	23.748	23.924
Não circulante	181.357	212.930
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	96.515	108.842
Investimentos a liquidar	1.721	6.976
Arrendamentos	68.514	78.944
Outros débitos	14.607	18.168
Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital	4.905.056	5.065.307
Capital social	5.864.007	5.388.171
Ações em tesouraria	(1.887)	(1.887)
Ajuste de avaliação patrimonial	(44.013)	(43.258)
Prejuízos acumulados	(976.681)	(614.899)
Adiantamento para futuro aumento de capital	63.630	337.180
Total do passivo	5.620.059	5.769.870

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.785.161	(1.887)	(45.873)	(325.192)	4.412.209	408.610	4.820.819
Recursos para aumento de capital	-	-	-	-	-	531.580	531.580
Aumento de capital social	603.010	-	-	-	603.010	(603.010)	-
Ganho por variação na participação em controladas	-	-	2.615	-	2.615	-	2.615
Prejuízo do exercício	-	-	-	(289.707)	(289.707)	-	(289.707)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.388.171	(1.887)	(43.258)	(614.899)	4.728.127	337.180	5.065.307
Recursos para aumento de capital	-	-	-	-	-	202.286	202.286
Aumento de capital social	475.836	-	-	-	475.836	(475.836)	-
Perda/reflexo por variação na participação em controladas	-	-	(755)	(2.044)	(2.799)	-	(2.799)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(359.738)	(359.738)	-	(359.738)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.864.007	(1.887)	(44.013)	(976.681)	4.841.426	63.630	4.905.056

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

1. Contexto Operacional
A ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares S.A. ("ESHO" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Barão de Tefé, 34, 5º ao 12º andares, é controlada pela Amil Assistência Médica Internacional S.A., que detém 99,7% do capital total e tem por objeto social a prestação de serviços médico-hospitalares, consultoria técnica e administrativa no segmento de saúde, participação no capital de outras empresas e exercer atividades imobiliárias.

2. Apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis da Sociedade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são apresentados em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma, e foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Edvaldo Santiago Vieira – Presidente
Erik Brunno Augusto – Diretor Financeiro

CONTADORA

Maria Lucia Guilherme de Brito
CRC RJ-088050/O

As demonstrações contábeis foram auditadas pela Grant Thornton Auditores Independentes e encontram-se a disposição dos Acionistas na sede da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	3.746.129	3.421.062
Custo dos serviços prestados	(3.748.348)	(3.545.704)
Prejuízo bruto	(2.219)	(124.642)
Despesas administrativas	(15.554)	(65.602)
Resultado de equivalência patrimonial	(82.869)	(94.739)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(374.426)	(72.730)
Resultado financeiro, líquido	(9.643)	(15.670)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(484.711)	(373.383)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	124.973	83.676
Prejuízo do exercício	(359.738)	(289.707)
Prejuízo básico por ações (R$)	(0,0613)	(0,0538)
Número de ações (mil)	5.864.007	5.388.171
Prejuízo diluído por ações (R$)	(0,0606)	(0,0548)
Média ponderada de ações (mil)	5.935.808	5.281.942

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(484.711)	(373.383)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	163.790	168.775
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	15.404	24.221
Resultado de equivalência patrimonial	82.869	94.739
(Reversão)/Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(12.327)	36.513
Baixa de escrow	(5.279)	-
Provisão (reversão) de glosa	15.909	(15.406)
Provisão para perda de estoques	(14.803)	14.803
(Reversão) da provisão para perda sobre outros créditos	(17.013)	(47)
Impairment e baixas de intangível	314.334	6.437
Resultado na alienação de imobilizado	-	5.207
Juros s/ arrendamento	11.211	12.665
Outros	(3.119)	(4.134)
	66.265	(29.610)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(158.931)	(89.732)
Estoques	21.769	46.092
Créditos tributários	216	7.373
Adiantamento a fornecedores e funcionários	(3.324)	9.330
Outros créditos	5.383	(8.790)
Obrigações com pessoal	8.492	9.311
Fornecedores	34.111	3.145
Tributos	1.084	3.033
Investimentos a liquidar	3.384	(6.535)
Outros débitos	(3.448)	(3.252)
IR e CSLL pagos	-	(163)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(24.999)	(59.798)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adição de ativo imobilizado	(96.325)	(118.797)
Adição de ativo intangível	(3.320)	(8.828)
Dividendos recebidos	30.000	-
Aumento de capital em controladas	(74.014)	(243.078)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(143.659)	(370.703)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	202.286	531.580
Arrendamentos	(26.529)	(30.808)
Empréstimos e financiamentos pagos	-	(71.101)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	175.757	429.671
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	7.099	(830)
Saldos do caixa e equivalentes de caixa		
Início do exercício	52.898	53.728
Final do exercício	59.997	52.898
Aumento (redução) do caixa e equivalente de caixa	7.099	(830)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Águas de Araçoiaba S.A.

CNPJ nº 11.347.020/0001-50

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço patrimonial	Nota	31/12/23	31/12/22
Ativo/Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	64	48
Contas a receber de clientes	7	2.987	2.659
Estoques		435	257
Despesas antecipadas		57	8
Créditos com partes relacionadas	17	20	59
Tributos a recuperar		6	4
Outros ativos		29	25
		3.598	3.060
Não circulante			
Depósitos judiciais		3	3
Ativo de direito de uso	8	229	52
Imobilizado	9	247	254
Ativo de contrato	10	3.200	11.181
Intangível	11	27.122	18.976
		30.801	30.466
Total do Ativo		34.399	33.526

Balanço patrimonial	Nota	31/12/23	31/12/22
Passivo/Circulante			
Fornecedores		201	605
Empréstimos e financiamentos	12	9.937	177
Passivos de arrendamento	12	89	57
Obrigações tributárias	13	133	81
Obrigações trabalhistas		502	459
Ônus da concessão	15	446	408
Débitos com partes relacionadas	17	130	107
Adiantamento de clientes		–	20
Outras obrigações		205	106
		11.643	2.020
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	–	9.800
Passivos de arrendamento	12	144	–
Tributos diferidos	14	75	80
		219	9.880
Patrimônio líquido	18		
Capital social		49.362	44.409
Prejuízo acumulado		(26.825)	(22.783)
		22.537	21.626
Total do passivo e patrimônio líquido		34.399	33.526

Demonstração do resultado	Nota	31/12/23	31/12/22
Receita líquida	19	18.436	18.529
Custo dos serviços prestados	20	(15.176)	(18.607)
Lucro bruto		3.260	(78)
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(6.150)	(5.403)
Outras receitas operacionais		34	140
		(6.116)	(5.263)
Resultado operacional antes do resultado		(2.856)	(5.341)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	245	230
Despesas financeiras	22	(1.436)	(1.344)
		(1.191)	(1.114)
Resultado antes do IR e CS		(4.047)	(6.455)
IR e CS - diferido	14b	5	5
Prejuízo do exercício		(4.042)	(6.450)

Demonstração do resultado abrangente	31/12/23	31/12/22
Prejuízo do exercício	(4.042)	(6.450)
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	(4.042)	(6.450)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Capital social Realizado	A integralizar	Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido
Saldos em 1º/01/2022	36.015	(666)	(16.333)	19.016
Aumento de capital	9.514	(454)	–	9.060
Prejuízo do exercício	–	–	(6.450)	(6.450)
Saldos 31/12/2022	45.529	(1.120)	(22.783)	21.626
Aumento de capital	8.000	(3.047)	–	4.953
Prejuízo do exercício	–	–	(4.042)	(4.042)
Saldos 31/12/2023	53.529	(4.167)	(26.825)	22.537

Demonstração dos fluxos de caixa	31/12/23	31/12/22
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(4.047)	(6.455)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) e o fluxo de caixa líquido:		
Depreciação e amortização	2.192	1.573
Juros sobre empréstimos e financiamentos	1.341	1.282
Juros sobre arrendamento	13	7
Atualização monetária das contingências	–	(8)
Provisão para perdas de crédito das contas a receber	9	38
Provisão para contingências	–	(21)
Variações dos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(337)	(331)
Estoques	(178)	35
Tributos a recuperar	(2)	24
Despesas antecipadas	(49)	42
Outros ativos	(4)	21
Fornecedores	(404)	(111)
Ônus da concessão	38	47
Obrigações tributárias	52	45
Obrigações trabalhistas	43	102
Partes relacionadas, líquidas	62	(19)
Adiantamento de clientes	(20)	–
Outras obrigações	99	(99)
	(1.192)	(3.828)
Juros pagos sobre empréstimos	(1.368)	(1.230)
Juros pagos sobre arrendamentos	(13)	(9)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(2.573)	(5.067)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado	(77)	(77)
Adições ao ativo de contrato e intangível	(2.138)	(3.855)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(2.215)	(3.932)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	4.953	8.870
Recursos para aumento de capital	–	190
Pagamento dos arrendamentos	(136)	(79)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(13)	(13)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	4.804	8.968
Adição (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	16	(31)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	48	79
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	64	48

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Águas de Araçoiaba S.A. ("Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rua Professor Toledo, 960, Centro, no Município de Araçoiaba da Serra, no Estado de São Paulo - Brasil, controlada pela SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre a Prefeitura de Araçoiaba da Serra - CSA (Interveniente) e a Águas de Araçoiaba S.A. (Concessionária), vencedora do Processo Licitatório nº 01/08, com vigência de 30 anos, a partir da data de assunção do Sistema pela Concessionária, ocorrida em 30/11/2009, com término programado para 30/11/2039, sendo a presente concessão prorrogável por até o limite máximo de mais 30 anos. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Araçoiaba da Serra, Estado de São Paulo. O Serviço Público de Água e Esgoto compreende os serviços de abastecimento de água potável, constituída pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição; e do serviço público de esgotamento sanitário, constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente. O Serviço Público de Água e Esgoto abrange, ainda, os serviços de planejamento, construção, operação e manutenção das infraestruturas e instalações dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário, incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga e também de pagamento de taxa de regulação e fiscalização. Em relação à outorga, deverão ser aplicados 2,5% sobre o valor da receita operacional, mediante pagamento anual, já em relação ao cálculo da taxa de regulação e fiscalização, é aplicado o percentual de 0,25% sobre a arrecadação total. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Araçoiaba da Serra sem contrapartida financeira. O passivo circulante está superior ao ativo circulante no montante de R$8.045 em 31/12/2023. A Administração e os acionistas entendem que não há riscos ao refinanciamento, uma vez que a Concessionária goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras. Adicionalmente, os acionistas da Concessionária possuem habilidade e intenção de prover recursos financeiros adicionais, se necessidade houver. Venda do controle acionário da Concessionária: Em 18/12/2023, foi celebrado um contrato de compra e venda de ações e outras avenças, entre a atual acionista, Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("vendedora"), e a Terracom Concessões e Participações Ltda. ("compradora" ou "Terracom"). Neste contrato, a compradora expressa sua intenção de adquirir a totalidade das ações da Águas de Araçoiaba S.A. da vendedora, que por sua vez manifesta seu interesse em vender à compradora a totalidade destas ações. A data de fechamento desta transação está prevista para o mês de março de 2024, quando da transferência da contraprestação pela vendedora para a compradora, conforme condições contratuais, e transferência do controle acionário da Concessionária para a Terracom. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos ("CPCs"), as Interpretações Técnicas ("ICPCs") e Orientações Técnicas ("OCPCs") do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 29/02/2024, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31/12/2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Principais políticas contábeis: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que [illegible]

[illegible] de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31/12/2023, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.9. Tributos:** IR e CS correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do IR e da CS. O IR e a CS do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para IR, e 9% sobre o lucro tributável para CS sobre o lucro líquido. IR e CS diferidos: O IR e a CS diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais do IR, a base negativa da CS e as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.10. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos cíveis: A Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Receita operacional:** i) Receita de prestação de serviços: Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) Receitas de construção: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.12. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros com empréstimos e financiamentos, juros sobre arrendamentos e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As normas apresentadas a seguir foram revisadas e passaram a ser aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1° de janeiro de 2023 e, portanto, estão sendo adotadas nestas demonstrações financeiras. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. CPC 50 - Contratos de seguro: uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Essa norma não se aplica à Concessionária. CPC 23: Definição de estimativas contábeis: as alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudan- [illegible]

[illegible] se das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão: A concessionária determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. Os contratos de arrendamento são avaliados, sob o julgamento de haver a intenção de exercer a opção de renovação ou de rescisão. Nesta avaliação, a Concessionária considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Concessionária reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. Estimativas e premissas contábeis: As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) *Vida útil dos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) *Provisão para perdas de crédito de contas a receber:* A Concessionária registra as perdas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. **5. Gestão de riscos financeiros: 5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31/12/2023 e 2022 são como segue:

	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2023 Valor contábil	31/12/2023 Valor Justo	31/12/2022 Valor contábil	31/12/2022 Valor Justo
Ativos financeiros						
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	–	2.987	2.987	2.659	2.659
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	–	20	20	59	59
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	–	201	201	605	605
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	–	9.937	9.937	9.977	9.977
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	–	233	233	57	57
Ônus da concessão	Custo amortizado	–	446	446	408	408
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	–	130	130	107	107

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais, sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e obtém aportes de capital de sua controladora. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A análise de sensibilidade dos juros sobre os empréstimos e financiamentos (sem os custos de transação) utilizou as projeções do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Empréstimos e financiamentos	CDI	(9.937)	(10.820)	(11.041)	(11.263)
Passivo líquido		(9.937)	(10.820)	(11.041)	(11.263)
Efeito líquido			(883)	(1.104)	(1.326)
CDI (a.a.)			8,89%		

5.3. Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31/12/2023 e 2022 (valores não descontados):

Em 31/12/2023	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	201	201	–	–
Empréstimos e financiamentos	9.937	9.937	–	–
Passivos de arrendamento	233	89	84	60
Ônus da concessão	446	446	–	–
Débitos com partes relacionadas	130	130	–	–
	10.947	10.803	84	60

[illegible]

Movimentação do ativo de direito de uso	Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Baixas	Saldos em 31/12/2023
Imóveis	52	364	(135)	(52)	229
	52	364	(135)	(52)	229

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2022
Imóveis	134	(7)	(75)	52
	134	(7)	(75)	52

9. Imobilizado

	Taxa de depreciação anual	Custo (31/12/23)	Depreciação acumulada (31/12/23)	Valor líquido (31/12/23)	Valor líquido (31/12/22)
Equipamentos de informática	20%	608	(449)	159	149
Veículos	20%	106	(90)	16	30
Máquinas e equipamentos	10%	51	(42)	9	11
Móveis e utensílios	10%	158	(95)	63	64
		923	(676)	247	254

Movimentação do imobilizado:

	Saldos em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Reclassificação	Saldos em 31/12/2023
Equipamentos de informática	149	64	(57)	3	159
Veículos	30	–	(14)	–	16
Máquinas e equipamentos	11	–	(2)	–	9
Móveis e utensílios	64	4	(11)	6	63
	254	68	(84)	9	247

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Equipamentos de informática	139	63	(53)	149
Veículos	43	–	(13)	30
Máquinas e equipamentos	8	5	(2)	11
Móveis e utensílios	66	9	(11)	64
	256	77	(79)	254

10. Ativo de contrato	31/12/2023	31/12/2022
Infraestrutura em construção	3.200	11.181
	3.200	11.181

Movimentação do ativo de contrato:

	Saldos em 31/12/22	Adições	Transferências	Reclassificação	Saldos em 31/12/23
Infraestrutura em construção	11.181	1.949	(9.921)	(9)	3.200
	11.181	1.949	(9.921)	(9)	3.200

	Saldos em 31/12/21	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/22
Infraestrutura em construção	10.634	3.763	(3.216)	11.181
	10.634	3.763	(3.216)	11.181

As transferências ocorridas no exercício de 2023 e 2022 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

11. Intangível

	Taxa de amortização anual	Custo (31/12/2023)	Amortização acumulada (31/12/2023)	Valor líquido (31/12/2023)	Valor líquido (31/12/22)
Softwares e aplicativos	20%	137	(123)	14	18
Desenvolvimento de projetos	20%	223	(223)	–	–
Concessão/Infraestrutura		36.679	(9.571)	27.108	18.958
		37.039	(9.917)	27.122	18.976

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31/12/2023 composto pelos seguintes ativos:

	Custo (31/12/23)	Amortização acumulada (31/12/23)	Valor líquido (31/12/23)	Valor líquido (31/12/22)
Captação	5.119	(430)	4.689	420
Adutoras	4	(1)	3	3
Estação de Tratamento de Água - ETA	3.553	(1.118)	2.435	1.780
Reservatório	1.224	(177)	1.047	199
Booster	40	(16)	24	26
Elevatória - água	457	(196)	261	279
Substituição/Expansão de rede de água	8.203	(2.623)	5.580	5.218
Ligação de água	2.830	(439)	2.391	1.937
Ligação de esgoto	1.566	(391)	1.175	1.111
Substituição/Expansão de rede de esgoto	5.943	(1.392)	4.551	4.389
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	1.574	(533)	1.041	1.108
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.972	(350)	1.622	1.347
Máquinas e equipamentos	4.194	(1.905)	2.289	1.141
	36.679	(9.571)	27.108	18.958

Movimentação do intangível:

	Saldos em 31/12/22	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/23
Softwares e aplicativos	18	–	(4)	–	14
Concessão/Infraestrutura	18.958	198	(1.969)	9.921	27.108
	18.976	198	(1.973)	9.921	27.122

	Saldos em 31/12/21	Adições	Amortização	Transferências	Saldos em 31/12/22
Softwares e aplicativos	–	22	(4)	–	18
Concessão/Infraestrutura	17.087	70	(1.415)	3.216	18.958
	17.087	92	(1.419)	3.216	18.976

As transferências ocorridas no exercício de 2023 e 2022 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

12. Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento

Linha de crédito	Indexador	Juros	31/12/23	31/12/22
Empréstimos e financiamentos				
FINAME (a)	IPCA	6,11% a.a.	–	13
Capital de giro (b)	CDI	1,16% a.a.	9.937	9.964
Total de empréstimos e financiamentos			9.937	9.977
Circulante			9.937	177
Não circulante			–	9.800
Passivos de arrendamentos				
Arrendamentos direito de uso (Vide Nota 8)		7,5% e 15,75% a.a.	233	57
Total de arrendamento			233	57
Circulante			89	57
Não circulante			144	–
Endividamento total			10.170	10.034
Endividamento total - Circulante			10.026	234
Endividamento total - Não circulante			144	9.800

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	9.977	9.938
Juros e encargos financeiros	1.341	1.282
Amortização de principal	(13)	(13)
Amortização de juros	(1.368)	(1.230)
Saldo final	9.937	9.977
Arrendamentos	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	57	145

[illegible]

às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2022	Resultado	31/12/2023
Ajustes do Regime de tributação transitório Lei nº 12.973/ 2014	(80)	5	(75)
Passivo fiscal diferido	(80)	5	(75)

b) Conciliação da taxa efetiva

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do IR e CS	(4.047)	(6.455)
Alíquota nominal	34%	34%
IR e CS - alíquotas vigentes	1.376	2.195
(Adições) exclusões no cálculo do tributo:		
Permanentes (despesas indedutíveis)	(2)	(2)
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizados	(18)	27
Créditos fiscais sobre prejuízos fiscais não contabilizados	(1.351)	(2.215)
Total de despesas de IR e da CS	5	5
Alíquota efetiva	0,1%	0,08%

15. Ônus da concessão O valor de R$446 em 31/12/2023 (R$408 em 31/12/2022) representa o exigível do Contrato de Concessão junto à Prefeitura de Araçoiaba da Serra, calculado com base em um percentual de 2,5% sobre a receita operacional dos serviços prestados de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto dos respectivos exercícios. **16. Provisão para contingências:** Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária está envolvida em ações para as quais possui expectativa de perda possível, apresentando como posição do passivo contingente em 31/12/2023 o valor de R$208 para contingências cíveis (R$197 em 31/12/2022) e valor de R$258 para contingências trabalhistas (R$341 em 31/12/2022). **17. Partes relacionadas:** Remuneração de pessoal-chave da Administração: Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31/12/2023, foram pagos pela Concessionária o montante total de R$5 (R$4 em 31/12/2022). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	3	3
Encargos sociais	2	1
	5	4

No exercício findo em 31/12/2023, não foi pago valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Resumo das transações com partes relacionadas

Ativo circulante:	31/12/2023	31/12/2022
Créditos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	17	57
Águas de Votorantim S.A.	1	–
Águas de Jahu	2	2
	20	59
Passivo circulante		
Débitos com partes relacionadas (a)		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	130	107
	130	107
Resultado com partes relacionadas		
Despesas		
Contrato de gestão - *Management Fee* (a)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(856)	(772)

(a) Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (*Management Fee*) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. **18. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social subscrito em 31/12/2023 é de R$53.529 (R$45.529 em 31/12/2022) e o capital a integralizar é de R$4.167 perfazendo R$49.362 de capital realizado, que está representado por 53.529.450 (cinquenta e três milhões, quinhentos e vinte e nove mil, quatrocentas e cinquenta) ações ordinárias nominativas, no valor de um real cada uma. Em março de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas, foi aprovado o aumento de capital social no valor de R$8.000, sendo R$3.833 integralizados em moeda corrente nacional e R$4.167 a integralizar.

	31/12/2023 Quantidade de ações (unidades)	31/12/2023 Participação (%)	31/12/2022 Quantidade de ações (unidades)	31/12/2022 Participação (%)
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	53.529.450	100%	45.529.450	100%
Total	53.529.450	100%	45.529.450	100%

19. Receita líquida	31/12/2023	31/12/2022
Receita de prestação de serviços	18.256	16.514
Receita de construção	1.987	3.637
Cancelamentos	(93)	(78)
Receita bruta	20.150	20.073
Deduções da receita bruta:		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(1.677)	(1.518)
Descontos concedidos	(37)	(26)
Receita líquida	18.436	18.529

20. Custos dos serviços prestados	31/12/2023	31/12/2022
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(250)	(28)
Ônus da concessão	(483)	(442)
Energia elétrica	(2.417)	(2.483)
Custo de construção	(1.987)	(3.637)
Materiais aplicados nos serviços	(2.572)	(4.733)
Salários e benefícios a empregados	(3.320)	(3.009)
Utilização de imóveis e telefonia	(3)	(61)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(676)	(821)
Serviços de terceiros	(1.506)	(1.892)
Depreciações e amortizações	(1.853)	(1.297)
Outros custos	(109)	(204)
	(15.176)	(18.607)

21. Despesas gerais e administrativas	31/12/2023	31/12/2022
Salários e benefícios a empregados	(2.731)	(2.082)
Utilização de imóveis e telefonia	(174)	(135)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(218)	(176)
Serviços de terceiros	(2.116)	(2.010)
Despesas com contencioso	(45)	(20)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(61)	(293)
Depreciações e amortizações	(156)	(145)
Provisão perdas de crédito das contas a receber	(9)	(38)
Reversão para contingências	–	21
Outras despesas	(640)	(525)

[illegible]